

Quem disse ?

«A economia única traz a lógica do pensamento único, da cultura única, da língua única»

Manuel Alegre

Expresso, 25 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1058 • 30 MARÇO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Diploma do ministro Ferro Rodrigues

Apresentada lei de bases da Segurança Social

A proposta de Lei de Bases de Segurança Social foi ontem apresentada na generalidade e é hoje votada na Assembleia da República. O diploma do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, tem como principal objectivo garantir a sustentabilidade a prazo do sistema de Segurança Social, mantendo os principais alicerces do sistema público.

Como ficou provado ao longo do debate de ontem no Parlamento, a proposta do Governo é a mais equilibrada. Não tem uma visão fixista e paralisante do sistema, tal como se apresentam os projectos das bancadas comunista e do Bloco de Esquerda. No entanto, ao contrário dos diplomas do PSD e do PP, também não coloca em causa o futuro do sistema público. Neste contexto, o PS, apesar da sua disponibilidade para o diálogo e para acolher em sede de especialidade todos os contributos positivos das diferentes bancadas dos partidos da oposição, já fez saber que não aceita a proposta do PSD no sentido de permitir que qualquer trabalhador desconte o que entender para o sector privado, independentemente de ganhar o salário mínimo ou mais de mil contos por mês. Por esta via do PSD, seria mais do que certa a falência do sistema público de Segurança Social.

O PS também já fez saber que não aceita a ideia do PP de promover a convergência de pensões, independentemente da carreira contributiva de cada cidadão. Um trabalhador com 15 anos (ou mais) de carreira contributiva terá sempre de ter uma pensão de reforma superior do que um cidadão que descontou ao longo de menos anos. Em termos de calendário para a aprovação da reforma do sistema de Segurança Social, Governo e socialistas não estão dispostos a que partidos da oposição tentem fazer atrasar o diploma em sede de discussão na especialidade. Como afirmou o presidente da Comissão de Trabalho e de Segurança Social, o camarada Artur Penedos, «há hoje condições políticas e técnicas para rever a lei de bases até ao final da presente sessão legislativa, ou seja, até Junho».

PORTUGAL 2000

O mundo inteiro elogiou a cimeira de Lisboa

Presidência portuguesa

Um sucesso



Das mais importantes capitais mundiais, chegaram posições qualificando a cimeira de Lisboa sobre emprego e para a sociedade do conhecimento como a mais importante para o futuro da União Europeia após o Tratado de Maastricht. Apesar da oposição portuguesa continuar a fechar os olhos à realidade, a verdade é que a imprensa internacional foi unânime nos elogios ao papel desempenhado por António Guterres para que fosse possível um acordo em áreas fundamentais para o futuro da União Europeia, tanto ao nível do crescimento económico, do emprego, dos sistemas de protecção social e do acesso às novas tecnologias. Na cimeira de Lisboa, também não se confirmaram as visões pessimistas de que o Conselho Europeu seria marcado pela questão austríaca, ou por acordo em matérias extremamente vagas. Pelo contrário, a questão austríaca foi rapidamente ultrapassada pela presidência portuguesa. Por outro lado, como sublinhou António Guterres, foram tomadas decisões muito concretas e que se relacionam intimamente com a vida dos cidadãos.

Sociedade & País

Ensino básico Ministério divulga projecto de revisão curricular



A inclusão de uma segunda língua estrangeira como disciplina no terceiro ciclo do ensino básico é uma das medidas de reorganização curricular proposta pelo Ministério da Educação. A proposta de reorganização curricular do ensino básico não implica, ao contrário da revisão curricular do ensino secundário, alterações de objectivos, de programas ou de desenho curricular, nem avança com mudanças de fundo no regime de avaliação.

Sociedade & País

Preservação Ambiente Alto Minho e Baixo Cávado livres de lixeiras



O ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou no dia 24, no Porto, o «funcionamento em pleno» dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos minhotos que permitiram o encerramento das 13 lixeiras do Alto Minho e Baixo Cávado. Com a visita aos sistemas de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado (Resulina) e do Vale do Minho (Valorminho), Sócrates demonstrou o sucesso destas infra-estruturas, orçadas em 5,1 milhões de contos.



A Cimeira do Emprego

Um vasto conjunto de decisões objectivas com um enorme impacto no futuro da União Europeia, foram aprovadas na cimeira de Lisboa sobre emprego e para a sociedade do conhecimento. O sucesso desta cimeira, que marca pela positiva a presidência portuguesa da UE, irá reflectir-se nos próximos anos na construção de uma sociedade mais justa e solidária e ao mesmo tempo mais moderna e mais eficaz a nível mundial.

António Guterres mostrava-se, no final da cimeira, verdadeiramente satisfeito com os resultados que «ultrapassaram em muito as melhores expectativas». Elogiado por todos, Guterres, viu o seu esforço e empenho no sucesso desta cimeira, a mais importante depois do Tratado de Maastricht, ser reconhecido não só pelos outros primeiros ministros, mas também pela imprensa internacional. O insuspeito «Financial Times» chega a referir que «se existisse um Oscar para a melhor actuação de um político na União Europeia, António Guterres, primeiro-ministro de Portugal, mereceria uma nomeação pelo seu papel vital na cimeira de Lisboa.»

Excedendo as próprias expectativas de Guterres, os líderes dos Quinze concordaram com um pacote ambicioso de medidas e objectivos concretos relacionados com a vida dos cidadãos, destinados a elevar o crescimento na UE e a criar 20 milhões de empregos no espaço de uma década.

A meta do pleno emprego em 2010 é o objectivo, para isso foi definida uma estratégia de crescimento económico sustentado na ordem dos três por cento ao ano. Esta nova estratégia assenta em quatro pilares fundamentais: a preparação de uma sociedade e da economia do conhecimento, a prioridade à competitividade e inovação, a modernização do modelo social e, finalmente, a adopção das políticas macroeconómicas geradoras de estabilidade e emprego.

Por isso, a partir de agora «a estratégia do emprego e da coesão social é definida ao mais alto nível», o que permite paralelamente a adopção de uma estratégia coordenada e abrangente no sentido de melhorar a empregabilidade, reconvertendo o desemprego para os défices de qualificação e incentivando a formação e a aprendizagem ao longo da vida através do estabelecimento de acordos entre parceiros sociais.

O próprio impulso que a UE pretende dar à sociedade de informação, através da generalização do acesso à Internet, nomeadamente nas escolas, é em si um factor potenciador do crescimento da nova economia. Os Quinze contam precisamente com as PME para atingir o objectivo traçado – 70 por cento de emprego em 2010. São elas precisamente as principais destinatárias de boa parte das medidas agora acordadas na cimeira de Lisboa.

Depois de anos de aposta numa política comunitária assente nos subsídios concedidos a fundo perdido, a UE mudou finalmente de lógica. Agora, a aposta é no capital de risco e, por isso, vai criar mecanismos que facilitem e acelerem o processo de criação de empresas.



COMEMORAR NACIONALIZAÇÃO DA BANCA É COMEMORAR O 25 DE ABRIL

«Comemorar a nacionalização da banca é comemorar o próprio 25 de Abril», era o título de uma notícia publicada na página 6, da edição de 1 de Abril de 1982, do jornal de todos os socialistas e reflectia bem a letra e o espírito de um comunicado da Federação Distrital da JS/Porto por ocasião do então sétimo aniversário da nacionalização da banca. No comunicado, a JS/Porto alertava, no entanto, ser necessário não confundir a nacionalização com estatização e não se ignorar o papel dos trabalhadores das empresas nacionalizadas na sua gestão. A JS/Porto alertava, ainda, para o perigo das empresas nacionalizadas estarem (em pleno Governo da AD) a ser geridas «por indivíduos desde sempre contrários às nacionalizações e à luta por uma nova e mais democrática sociedade».

Neste número do «AS» era motivo de destaque na primeira página um artigo do camarada António Macedo sobre o sexto aniversário da promulgação da Constituição da República.

J. C. C. B.

1 de Abril

Quem disse?

«Sem as nacionalizações da banca e dos seguros não poderia haver democracia nem liberdades democráticas, já que continuaria a imperar o poder autoritário dos grandes grupos económicos capitalistas»

Comunicado da JS/Porto



Guterres justifica aumento do preço da gasolina

António Guterres justificou no dia 27, em Aljustrel o próximo aumento dos combustíveis com a «drenagem brutal» da receita fiscal, que avaliou entre 8 e 10 milhões de contos mês, devido à subida do petróleo e do dólar.

«O Governo fez todo o possível para, além de todos os limites, manter a estabilidade dos preços», disse o primeiro-ministro, ao ser questionado pelos repórteres sobre o assunto. «Infelizmente, como é sabido, a evolução do petróleo no mercado mundial bem como do dólar fazem com que neste momento estejamos a perder entre 8 e 10 milhões de contos por mês de receita fiscal», salientou. «Um país que precisa de investir em escolas,

em hospitais, em serviços de saúde e de educação, que precisa de construir estradas, não pode estar a sofrer uma drenagem brutal [da receita fiscal] como neste momento acontece», considerou.

Relativamente às informações do «Diário de Notícias» referindo um aumento de 12 escudos da gasolina, o primeiro-ministro disse que «não têm fundamento» acrescentando que o ministro das Finanças e da Economia «já teve ocasião de esclarecer esta questão».

«Os valores que hoje foram avançados não chegam sequer para cobrir o aumento da inflação desde 1997, altura em que se fixou o actual preço, até agora», precisou.

«Financial Times» elogia Guterres

Se existisse um Oscar para a «melhor actuação de um político na União Europeia», António Guterres, primeiro-ministro de Portugal, mereceria uma nomeação pelo seu papel vital na cimeira de Lisboa, disse no dia 27 o «Financial Times».

«Guterres manteve a posição central no palco europeu durante dois dias com uma atitude afirmativa e enérgica» que Tony Blair, primeiro-ministro britânico, entre outros líderes, elogiou como «magnífica», escreve o correspondente em Lisboa do jornal.

Excedendo as expectativas de Guterres, os líderes dos Quinze concordaram com um pacote ambicioso de medidas e objectivos,

destinadas a elevar o crescimento na UE a uma média anual de 5 por cento, e criar 20 milhões de empregos no espaço de uma década, abraçando a era da Internet, segundo o FT.

Guterres adoptou as sugestões feitas por Tony Blair e José Maria Aznar, primeiro-ministro da Espanha, para tornar a UE mais favorável ao mercado, mas admite que teve grande dificuldade em implementar tal projecto.

Guterres, que em 1995 foi o primeiro da nova geração de líderes socialistas da Europa a ocupar o cargo de primeiro-ministro, tem um grande talento para a conciliação que auxiliou os líderes da UE a atingirem um nível pouco usual de consenso, de acordo com o jornal.

Luís Amado em conferência sobre resolução de conflitos

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português, Luís Amado, participou segunda e terça-feira numa conferência sobre a resolução de conflitos, desenvolvimento e cooperação, que decorreu no Cairo.

A iniciativa, que se debruçou sobre uma temática considerada prioritária nas relações Europa-África, foi promovida pelos Institutos de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa e do Cairo.

Luís Amado e o ministro da Cooperação egípcio, Ahmad El Darsh, tiveram a seu cargo

as intervenções de abertura da conferência, seguida da análise e debate de quatro temas específicos: crise do Estado e processos de transição democrática; natureza e resolução de conflitos violentos; desafios do desenvolvimento (dívida, ajustamento e integração) e prioridades da cooperação internacional e europeia para África.

Na deslocação ao Cairo, Luís Amado manteve também contactos com as entidades egípcias envolvidas na preparação da cimeira África-Europa, que decorre a 3 e 4 de Abril também na capital do Egipto.

Timor-Leste: Portugal envia toneladas de livros para escolas

Portugal enviou para Timor-Leste 40 toneladas de dicionários e gramáticas de língua portuguesa, livros para o ensino de português a estrangeiros, contos infantis e romances juvenis e material desportivo, como bolas de futebol.

Num avião fretado pelo Gabinete do Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATT), a carga partiu de Lisboa com destino a Baucau na segunda-feira, dia 27.

O avião transportou também livros litúrgicos solicitados pelos bispos de Timor e material destinado ao contingente da GNR no território. De acordo com um comunicado do gabinete

do padre Vítor Melícias, o fretamento do avião ascende a 32 200 contos, custo inteiramente suportado pelo Fundo Nacional de Solidariedade Portugal Timor, gerido pelo comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste.

No dia 13 de Abril, o Comissariado fretará outro avião para transportar mais material escolar e também hospitalar.

Desde 13 de Dezembro de 1999, partiram para Díli dois aviões fretados pelo Comissariado, o primeiro com 40 toneladas de livros escolares, material hospitalar, roupas e calçado e o segundo aparelho com 33 toneladas de livros, roupas, brinquedos e um jipe.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA UM SUCESSO

Das mais importantes capitais mundiais, chegaram posições qualificando a cimeira de Lisboa sobre emprego e para a sociedade do conhecimento como a mais importante para o futuro da União Europeia após o Tratado de Maastricht. Apesar da oposição portuguesa continuar a fechar os olhos à realidade, a verdade é que a imprensa internacional foi unânime nos elogios ao papel desempenhado por António Guterres para que fosse possível um acordo em áreas fundamentais para o futuro da União Europeia, tanto ao nível do crescimento económico, do emprego, dos sistemas de protecção social e do acesso às novas tecnologias. Na cimeira de Lisboa, também não se confirmaram as visões pessimistas de que o Conselho Europeu seria marcado pela questão austríaca, ou por acordo em matérias extremamente vagas. Pelo contrário, a questão austríaca foi rapidamente ultrapassada pela presidência portuguesa. Por outro lado, como sublinhou António Guterres, foram tomadas decisões muito concretas e que se relacionam intimamente com a vida dos cidadãos. Até 2002, escolas e professores dos Estados-membros da União terão acesso à Internet e a outros meios tecnológicos. Serão promovidas medidas para um crescimento económico sustentado, tendo em vista o pleno emprego. Finalmente, até 2010 – e também dentro do objectivo de tornar o espaço europeu o mais desenvolvido do mundo -, os chefes de Estado e de Governo fixaram como meta a existência de uma taxa de emprego na ordem dos 70 por cento.

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou sexta-feira, no final da cimeira extraordinária sobre o emprego e sociedade do conhecimento, que o Conselho Europeu de Lisboa revolucionou a estratégia da União Europeia ao tomar um vastíssimo conjunto de decisões em assuntos relacionados com a vida dos cidadãos. «Estamos perante uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho da União Europeia», no quais se dá «um papel decisivo à Comissão Europeia», afirmou o presidente em exercício do Conselho Europeu na conferência de imprensa de encerramento da cimeira.



O tom de vitória foi usado pelo primeiro-ministro logo nas suas primeiras palavras, em que se encontrava ladeado pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi e pelo alto representante para a política externa e de segurança da União Europeia, Javier Solana. Depois de manifestar uma «profundíssima satisfação» pelas conclusões acordadas entre os Quinze, disse que os resultados ultrapassaram em muito as melhores expectativas da presidência portuguesa. De acordo com o chefe de Governo, em termos de resultados da cimeira, a União Europeia saiu «com uma estratégia clara e com medidas concretas», revelando uma nítida vontade de se tornar no período de uma década no espaço mais competitivo do mundo, embora mantendo os seus alicerces de coesão social. Ou seja, segundo António Guterres, da cimeira de Lisboa resulta uma perspectiva de evolução económica, social, científica, financeira e laboral equilibrada entre os princípios da competitividade e da justiça social. «Sem justiça social, a Europa nunca poderá ser competitiva», advertiu, limitando assim o alcance das reformas ao modelo social europeu, sobretudo, no que diz respeito aos esquemas de protecção social.

Pelas conclusões de Lisboa, o primeiro-ministro acredita que os Quinze promoverão conjugadamente uma estratégia de crescimento económico

sustentado na ordem dos três por cento ao ano. Um caminho que declarou ter como objectivo central «o pleno emprego» e que passará por quatro pilares fundamentais: a concessão de uma prioridade real a medidas de competitividade e de inovação; a execução de reformas para a modernização do modelo social europeu; a aposta na sociedade do conhecimento e numa nova economia; e a adopção de políticas macroeconómicas. A concretização destes quatro pilares, explicou a seguir António Guterres, será alvo de um acompanhamento anual, já que o Conselho Europeu se comprometeu todos os anos, em cada Primavera, a fazer uma análise política exaustiva sobre a forma como as diferentes políticas estão a ser aplicadas em cada Estado-membro. «É uma atitude nova na União Europeia e representa o triunfo da concessão de atribuir o primado ao político no seu processo de desenvolvimento», acrescentou o presidente em exercício do Conselho Europeu.

Dezenas de decisões concretas

Além de destacar a importância da supremacia do político sobre as esferas de decisão económico-financeiras, o primeiro-ministro acentuou a ideia de a cimeira de Lisboa ter dotado os Quinze de

um novo método aberto de coordenação, principalmente em áreas como o mercado interno, o emprego, o combate à exclusão social e na integração dos mercados. «Os resultados da aplicação destes princípios serão quantificados, de forma a podermos comparar o que se passa na União Europeia», realçou António Guterres. Explicando quais «as dezenas de medidas concretas adoptadas em Lisboa», António Guterres fez alusão às decisões sobre a expansão da rede da Internet, para a liberalização de alguns sectores de mercado, mas também ao nível do emprego, através de processos de formação profissional ao longo da vida, da elevação das taxas de emprego e da participação da mulher num mundo do trabalho, do combate à exclusão social, da sustentabilidade dos sistemas de protecção social e das novas políticas de empresa. «Este vastíssimo conjunto de medidas representa uma clara viragem na vida da União Europeia», afirmou o primeiro-ministro. Nas suas primeiras palavras, o chefe de Governo congratulou-se com a decisão sexta-feira assumida pela Grécia de avançar para a terceira fase da União Económica Monetária (UEM), tendo em vista, a prazo, a adesão do dracma ao euro. Referências foram ainda feitas pelo camarada Guterres à situação dos Balcãs, em que se apelou a uma maior coordenação na presença da União Europeia no Kosovo.

De referir que a cimeira de Lisboa mandou o presidente em exercício e o secretário-geral do Conselho da União Europeia, respectivamente, António Guterres e Javier Solana, para se deslocarem à Rússia a curto prazo. António Guterres e Javier Solana terão como missão reafirmarem junto do novo presidente russo as posições da União Europeia em matérias como a Chechénia, ou sobre o sistema de relações bilaterais. No caso da Chechénia, a União Europeia lançou um apelo à Rússia para responder «às sérias preocupações» da comunidade internacional para alcançar uma solução política na região, acabando com o «uso desproporcionado da força» e com as violações dos Direitos Humanos.

No projecto de conclusões proposto pela presidência portuguesa, a União Europeia fez também uma crítica «à incapacidade das autoridades russas de investigarem cabalmente e de uma forma transparente» as violações de Direitos Humanos e lamentou, igualmente, que continue a não proporcionar às agências humanitárias «um acesso genuíno à Chechénia».

O Conselho Europeu considerou que a eleição do presidente da Rússia constituirá «uma nova oportunidade para que as autoridades de Moscovo e a União Europeia confirmem e desenvolvam uma parceria estratégica genuinamente efectiva e operante», tendo em vista alcançarem «a paz, a estabilidade e prosperidade na Europa, com base em valores comuns e objectivos partilhados».

Prodi elogia cimeira

Na mesma conferência de Imprensa, o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, considerou que na cimeira de Lisboa «foram tomadas decisões objectivas que vão ter um enorme impacto no futuro da União Europeia». Romano Prodi, salientou a forma como as decisões deste Conselho Europeu se vão reflectir no futuro da Europa. Depois de agradecer ao primeiro-ministro o trabalho excepcional feito na preparação das conclusões da cimeira e na condução dos trabalhos do Conselho Europeu, Prodi declarou que as medidas aprovadas vão «dar instrumentos de acesso às pessoas, especialmente aos jovens, perante as novas tecnologias».

O presidente da Comissão Europeia destacou ainda o aprofundamento do mercado único e o mandato que foi dado à Comissão Europeia para fazer um relatório geral sobre a sustentabilidade dos sistemas europeus de pensões. Questionado sobre o actual menor peso político da Comissão e sobre o esforço da posição do Conselho Europeu na estrutura da União Europeia, Prodi referiu existir articulação e garantiu que «vai ser possível agir com maior eficácia».

Quanto às medidas em concreto adoptadas pelos Quinze, os diversos chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a fazer da União Europeia «a economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica, capaz de criar um crescimento económico sustentável com mais e melhores empregos e mais coesão social». No domínio da sociedade de informação,



durante o presente ano, será aprovada a legislação pendente relativa ao enquadramento jurídico para o comércio electrónico. Será também completada a plena integração e liberalização dos mercados de telecomunicações até ao final do ano 2001.

Ainda ao nível da sociedade de informação, os Quinze colocaram-se de acordo para, até ao final do ano, reduzirem os custos de utilização da Internet e, até ao final de 2002, a garantir o acesso à Internet e aos recursos multimédia para as escolas e para os professores. Finalmente, assegurou-se o acesso electrónico generalizado aos principais serviços públicos de base até 2003.

Investigação inovação e justiça

Em matéria de investigação e inovação, a cimeira de Lisboa concluiu pelo desenvolvimento da ligação em rede dos programas nacionais, através de um levantamento até 2001 de exemplos de excelência em termos de investigação em toda a Europa, a fim de incentivar a difusão. Na mesma área, os Quinze chegaram a acordo para tornar o ambiente mais propício ao investimento na investigação privada, nas parcerias em matéria de investigação e desenvolvimento e no lançamento de empresas no domínio das tecnologias de ponta, através de políticas fiscais, de capitais de risco e com o apoio do Banco Europeu de Investimentos.

Conclusões ainda para, até 2001, facilitar a criação de uma rede transeuropeia de alta velocidade para as comunicações científicas por via electrónica, para remover obstáculos à mobilidade dos investigadores na Europeu – bem como atrair e reter os talentos em matéria de investigação de alta qualidade – e para assegurar a disponibilidade de uma patente comunitária até ao final do próximo ano.

Já no que respeita a aspectos económicos e financeiros, o Conselho Europeu de Lisboa decidiu-se pela comparação de boas práticas em termos de políticas nacionais para empresas, pela adopção de programas plurianuais para empresas,

pela elaboração de uma carta europeia das pequenas empresas e por uma reorientação dos fundos para o apoio à criação de empresas, de frimas de alta tecnologia e de microempresas, bem como para outras iniciativas de capital de risco propostas pelo Banco Europeu de Investimentos.

Ainda ao nível de aspectos económicos e financeiros, até ao final do presente ano, os Quinze vão estabelecer uma estratégia para a supressão dos obstáculos aos serviços, assim como se preparam para realizar um mercado único plenamente operacional nas áreas do transporte energia. Os chefes de Estado e de Governo querem ainda concluir atempadamente os trabalhos relativos às futuras propostas de actualização das normas em matérias de contratos públicos, tomar as medidas necessárias para assegurar que seja possível até 2003 efectuar por via electrónica as aquisições comunitárias e do sector público, incentivar a concorrência e reduzir o nível geral das ajudas de Estado e, finalmente, completar o mercado único dos serviços financeiros e concluir o pacote fiscal pendente.

Por outro lado, a União Europeia tenciona reduzir a pressão fiscal sobre o trabalho, aumentar o investimento em educação, formação e inovação, quer garantir a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas.

Modelo social europeu

Outra área com importantes decisões que resultaram da cimeira de Lisboa foi a da reforma do modelo social europeu, com a conclusão da necessidade de aumentar o investimento «per capita» em recursos humanos e de se estabelecer parcerias entre escolas, centros de aprendizagem, centros de investigação e empresas. Os Quinze acordaram também em estabelecer um quadro europeu para definir as novas competências básicas a proporcionar através da aprendizagem ao longo da vida, em criar um diploma europeu para as competências básicas em tecnologias de informação com procedimentos descentralizados de certificação destinados a promover a

literacia digital em toda a União.

Na cimeira do emprego da capital portuguesa, houve consenso no sentido de melhorar a empregabilidade e reconverter os desempregos para os défices de qualificação, em dar mais alta prioridade à aprendizagem ao longo da vida através do incentivo a acordos entre parceiros sociais em matéria de inovação e formação ao longo da vida, na exploração da complementaridade entre a aprendizagem ao longo da vida e em torno da adaptabilidade, assegurando uma gestão flexível do tempo de trabalho e da rotação de empregos e da introdução de um prémio europeu para as empresas particularmente avançadas neste capítulo. Os Quinze decidiram igualmente aumentar o emprego nos serviços (nomeadamente os serviços pessoais com o envolvimento de iniciativa do sector privado, do sector público ou do sector terciário) e promover todos os aspectos da igualdade de oportunidades, incluindo a redução da segregação ocupacional e tornar mais fácil a conciliação da vida profissional com a vida familiar, em particular, melhorando as estruturas de acolhimento às crianças.

Ainda ao nível do modelo social europeu, o Conselho Europeu de Lisboa tem como meta aumentar a taxa de emprego para o mais próximo possível dos 70 por cento no ano de 2010, atribuir à promoção da inclusão um papel de relevo nas políticas de emprego, educação e formação, saúde e alojamento, bem como desenvolver acções prioritárias dirigidas a grupos alvo específicos: grupos minoritários, crianças, idosos, pessoas deficientes.

No final da cimeira de Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, reafirmou que o levantamento das sanções política bilaterais decretadas pelos 14 Estados-membros contra a Áustria depende apenas das autoridades de Viena. «A Áustria é que tem a palavra essencial, na medida em que caberá à Áustria fazer com que as razões que estiveram na origem destas medidas deixem de existir», disse Jaime Gama. O ministro dos Negócios Estrangeiros qualificou as medidas dos 14 como «uma sinalização política feita ao nível diplomático» e não como sanções.

REVOLUCIONAR A GESTÃO DO ARRENDAMENTO URBANO

O Conselho de Ministros deu luz verde, no dia 22, a uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do arrendamento urbano.

Uma das situações mais preocupantes no âmbito do parque habitacional arrendado é, reconhecidamente, o da degradação dos imóveis.

Essa degradação traduz-se quer na existência de imóveis que embora deteriorados são susceptíveis de recuperação, quer de outros que se tornaram irrecuperáveis, tanto do ponto de vista técnico como económico.

Em termos sucintos, os problemas mais graves neste domínio, segundo o Executivo socialista, são:

- A desertificação dos centros urbanos antigos;
- A bipolarização sociocultural da população residente nas áreas urbanas;
- O elevado número de fogos devolutos, que a aprovação do RAU, em 1991, não veio diminuir;
- A perda da população residente nos centros urbanos, com incidência nos grupos etários mais jovens;
- O elevado número de fogos sem condições de conforto, segurança e salubridade para os arrendatários;

- A existência de prédios em muito mau estado de conservação, sem viabilidade técnica e económica de recuperação e sem enquadramento legal que permita a demolição e correspondente renovação urbana, assegurando o direito de habitação aos arrendatários;
- Os rendimentos provenientes de arrendamentos antigos, insuficientes para reabilitar o parque edificado e incrementar o mercado de arrendamento;

- As situações de aumentos de renda incomportáveis, em casos de acções de reabilitação de edifícios habitados por uma população carenciada, que corresponde a cerca de 36 por cento dos arrendatários, com contratos anteriores a 1990.

Neste contexto, o diploma recentemente aprovado pelos ministros na reunião de quarta-feira, visa obter autorização para o Executivo legislar nesta matéria.

A iniciativa governamental visa incrementar a reabilitação urbana, com adequação dos subsídios a fundo perdido, financiamento assegurado e diminuição da taxa de IVA de 17 por cento para 5 por cento, de modo restabelecer o equilíbrio contratual, repor as condições de habitabilidade dos edifícios e garantir a viabilidade económica e financeira do investimento dos proprietários, através das rendas, incentivando, igualmente, o lançamento de fogos devolutos no mercado.

Além da diminuição do IVA, o objectivo é fazer com que os proprietários de imóveis obtenham uma rentabilidade adequada



do capital investido, ao longo de oito anos. Para atingir este objectivo propõe-se um aumento global da comparticipação a fundo perdido e institui-se um sistema de garantia do empréstimo ao proprietário para financiar a quota-parte não comparticipada das obras.

Ao mesmo tempo é alargado o âmbito de aplicação dos programas, de forma a abranger o maior número de fogos (alteração ao Recria e ao Rehabita, bem como à Lei do Orçamento de Estado, em termos de receitas fiscais).

Pretende-se ainda alargar o programa de recuperação habitacional em áreas urbanas antigas (Rehabita), de modo a permitir uma renovação urbana mais rápida, evitando a desertificação das zonas mais antigas das cidades.

A proposta governamental prevê igualmente um incentivo excepcional, pelo período de três anos, à realização de obras parciais para recuperação dos telhados, aumentando para 80 por cento a quota parte de comparticipação do Governo, através do IGAPHE.

As novidades na gestão do urbanismo passam também pela alteração dos parâmetros da renda condicionada, tendo em conta a área dos fogos e seu estado de conservação.

Deste modo poderá ser estabelecida uma taxa de rendimento não especulativa que, por um lado, reflecta o valor do imóvel, de acordo com o Código das Avaliações, e, por outro, incentive a realização de obras de recuperação;

Admite-se também a clarificação e adequação dos aumentos de renda, sempre que os proprietários façam obras

de recuperação nos prédios, por forma a evitar contenciosos e garantir uma transparência total de informação.

Por esta via, o valor da correcção das rendas é feito em função das obras realizadas e de valores máximos garantidos, tendo em conta a renda em vigor e as características do fogo.

As rendas são, assim, fixadas à partida, no momento da aprovação da comparticipação, evitando interpretações diversas e permitindo uma melhor percepção, da parte de todos os intervenientes, dos custos e dos resultados a atingir.

Por fim, a iniciativa do Executivo socialista permitirá garantir o subsídio de renda para casos de carência dos arrendatários cujos proprietários executem obras, alargando o âmbito deste sistema.

Poderá também passar a verificar-se o realojamento de agregados, sempre que se justifique, como resultado da demolição de imóveis irrecuperáveis.

A possibilidade de demolição de fogos irrecuperáveis e ainda ocupados, assegurando o direito à habitação dos arrendatários, também foi considerada.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 22 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico do arrendamento urbano;
- Um decreto-lei que garante um esquema de protecção especial às pessoas atingidas por doenças do foro oncológico;
- Um decreto-lei que altera o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, aprovado em Janeiro de 1993, na redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei n.º 53/98, de 11 de Março;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o Rendimento Mínimo Garantido;
- Um decreto-lei que fixa o enquadramento para a criação de um conjunto de instrumentos de política de acção económica a médio prazo para o período de 2000 a 2006;
- Um decreto-lei que isenta de quaisquer taxas ou emolumentos todos os actos notariais e registrais consequentes de deliberações relativas a aumentos e reduções de capital e alterações do pacto social da EDA – Electricidade dos Açores, SA;
- Um decreto-lei que estabelece as regras relativas à inspecção e verificação dos princípios OCDE de boas práticas de laboratório (BPL);
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem legislativa nacional a directiva comunitária relativa à aplicação dos princípios da OCDE de boas práticas de laboratório (BPL) e ao controlo da sua aplicação para os ensaios sobre as substâncias químicas, bem como a directiva 1999/11/CE da Comissão, de 8 de Março, que adopta ao progresso técnico os princípios contidos na mesma;
- Uma resolução que cria o Grupo de Trabalho Interministerial que tem por objectivo o acompanhamento da integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, e o diagnóstico das dificuldades que ainda se suscitam à sua integração;
- Uma resolução que torna público o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos, criado nos termos da resolução do Conselho de Ministros n.º 46/97, de 21 de Março e que o mantém em funcionamento, com algumas alterações, de modo a possibilitar o acompanhamento das novas realidades e dos novos desafios que se colocam aos ciganos portugueses;
- Uma resolução que aprova a aquisição de um imóvel, para o Instituto do Emprego e Formação Profissional, das fracções autónomas designadas pelas letras N, O, P, AG e AH do «Edifício Nascente», situado nas Ruas Cândido Guerreiro n.ºs 50-60 e Justino Cúmano n.ºs 41, 43, 45 e 47, em Faro.

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, anunciou no dia 24, na Benedita, Alcobaça, que pretende recuperar os postos da GNR e da PSP inadequados até ao final do mandato.



Durante a inauguração do Posto Territorial da GNR na Benedita, Fernando Gomes comprometeu-se a «proceder à recuperação total das instalações que estão inadequadas e dotar as forças de segurança de instalações condignas para que façam um interface entre os cidadãos e o comando».

O posto da GNR foi pedido em 1979 e foi inaugurado sexta-feira por Fernando Gomes, que classificou os agentes «como um conjunto de mulheres e homens que servem o Estado de direito para proteger os cidadãos».

O titular da pasta da Administração Interna afirmou que o Estado não pode exigir às forças de segurança uma imagem de modernidade se «não conseguirem dar-lhes as condições de trabalho e os equipamentos que transmitem essa ideia junto dos cidadãos».

Acreditando que «é provável que estabeleça o sentimento de segurança dos cidadãos», Fernando Gomes sublinhou que os efectivos policiais estão a ser reforçados e a construção de mais postos pode «aproximar os cidadãos das polícias».

O posto da Benedita custou 170 mil contos (cerca de 845 mil euros) e vai servir uma população de 17 mil habitantes.

A equipa de agentes será composta por 12 soldados, um cabo e um sargento e terá ao seu dispor um jipe, dois motociclos e uma viatura de patrulha urbana.

COMUNIDADES

O secretário de Estado das Comunidades elogiou, no dia 23, em Lisboa, a criatividade e iniciativa do embaixador do Canadá em Portugal, ao receber a Luso-CanTuna, realçando a importância da cultura. A Luso-CanTuna, agrupamento musical constituído por filhos de emigrantes residentes em Toronto, chegou quinta-feira passada a Portugal, onde participou num encontro de tunas académicas em

Loulé.

O embaixador do Canadá em Portugal, Robert Vanderloo, ofereceu uma recepção, na sua residência, em Lisboa, à Luso-CanTuna, em que esteve presente José Lello.



Considerando a deslocação da Luso-CanTuna a Portugal muito importante, o secretário de Estado reagiu que este convívio entre os jovens luso-descendentes e os residentes em Portugal criou «um clima de diálogo».

Para José Lello, os jovens luso-descendentes e os residentes em Portugal possuem a mesma auto-estima por Portugal, os mesmos objectivos e perspectivas de vida.

Além de estarem inseridos na cultura das sociedades de acolhimento, os jovens da Luso-CanTuna mantêm «a mesma irreverência, capacidade e atitude dos académicos portugueses», afirmou.

O secretário de Estado das Comunidades adiantou ainda que a presença desta tuna em Portugal foi um «exemplo extremamente gratificante», sendo um grupo revelador do espírito académico que emigrou de Portugal para o Canadá.

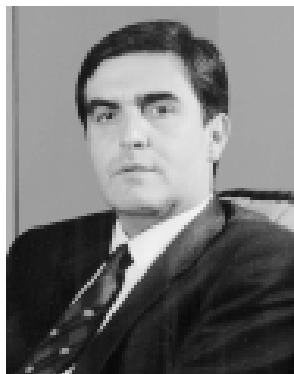
ECONOMIA

O ministro da Economia e das Finanças, Pina Moura, considerou no passado dia 27, em Santa Maria da Feira, estarem reunidas as condições para avançar, no segundo trimestre de 2000, com o aprofundamento da reforma fiscal, centrado nos vectores do crescimento, emprego e competitividade.

No encerramento da V Conferência Anual do Diário Económico, que decorreu no Europarque (Santa Maria da Feira), Pina Moura sublinhou que as prioridades fundamentais da reforma fiscal passam pela introdução de maior justiça na repartição da carga tributária, contribuição do sistema fiscal para o desenvolvimento socioeconómico sustentável do País e reforço da confiança entre os cidadãos e a administração tributária.

Os objectivos mais urgentes a concretizar, e para os quais serão apresentados alguns diplomas ainda durante a presente sessão legislativa,

passam pela tributação em sede de IRC e IRS, criação de um regime de infracções tributárias e garantias dos contribuintes face à administração fiscal, tributação do património imobiliário urbano e tributação energética.



Relativamente às consequências da Cimeira Extraordinária de Lisboa na área da fiscalidade, Pina Moura frisou que a identificação dos alvos, instrumentos e prioridades da implementação das reformas «será o primeiro teste prático da afirmação da vontade de cumprir os objectivos propostos», e reafirmou a necessidade de acelerar as reformas internas de cada País.

EDUCAÇÃO

O ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins, anunciou, no dia 25, em Bragança, que o Governo vai apresentar nos próximos dias no Parlamento a proposta de lei de organização e ordenamento do ensino superior.

«Trata-se de uma proposta de lei que prevê quatro figuras institucionais e que são a universidade, o instituto universitário, o instituto politécnico e a escola politécnica – portanto, várias funções», concretizou.

O titular da pasta da Educação reuniu-se, sábado, com a comissão pró-universidade de Bragança, que é constituída por diversas entidades da região que defendem a elevação do instituto politécnico a universidade.

Questionado sobre o encontro, Oliveira Martins escusou-se a adiantar qual a posição que iria transmitir sobre o assunto, afirmando apenas que «a nova lei contempla o desenvolvimento das instituições de ensino superior no País, e define as regras fundamentais para o estabelecimento da rede das mesmas». «O princípio que vai ser perseguido é o de que não pode haver a constituição de instituições de cima para baixo. Têm que ser verdadeiras comunidades de saberes e competências», sublinhou, acrescentando ser «fundamental criar uma rede de Ensino Superior no País que responda às necessidades nacionais e locais».

EQUIPAMENTO

«O Governo admite simplificar procedimentos, mas não tem projectos para alterar o regime de empreitadas e alvarás de obras públicas», disse, quinta-feira, dia 23, em Lisboa, o ministro do Equipamento Social, Jorge Coelho.



O governante respondia assim às associações empresariais do sector, que um dia antes pediram publicamente para serem recebidas «com urgência» para debaterem com Jorge Coelho a «acelerada degradação no sector», resultante das novas normas para atribuição de alvarás.

As quatro associações portuguesas do sector de construção civil e obras públicas – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas (AECOPS), Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), Associação dos Industriais da Construção de Edifícios (AICE) e Associação Nacional dos Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP) – reuniram-se no Porto, no dia 22, e enviaram uma exposição a Jorge Coelho onde expressam «grande preocupação face à situação das empresas suas associadas».

JUVENTUDE

O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, disse sexta-feira, dia 24, na Lousã, que o Governo «está a trabalhar» para que no interior do País os jovens tenham as mesmas oportunidades existentes nos principais centros urbanos. Miguel Fontes falava aos jornalistas no Parque Municipal de Exposições daquela vila do distrito de Coimbra, onde inaugurou o «Fim-de-Semana da Juventude», que ali decorreu até ao passado domingo.

O programa, em que participaram centenas de crianças e jovens do concelho, além de entidades públicas e privadas, foi «dedicado essencialmente aos jovens, sem ser interdito aos menos jovens», e incluiu diversas actividades lúdicas e desportivas, proporcionando ainda o contacto com áreas temáticas de carácter científico, pedagógico e cultural. «Esta é uma iniciativa magnífica», disse o governante, considerando que

PELO PAÍS

Governança Aberta

realizações deste género «ajudam a transmitir uma imagem de esperança a estes jovens, que merecem a mesma atenção, embora vivam fora das grandes cidades».



O secretário de Estado salientou que «o Governo está a trabalhar no sentido de garantir que os jovens do interior do País possam ter aqui oportunidades de se realizarem e de serem cidadãos iguais». O concelho da Lousã, situado a 30 quilómetros de Coimbra, tem deficientes ligações rodoviárias à sede do distrito e à auto-estrada do Norte e espera há vários anos o metro de superfície projectado para o ramal ferroviário da Lousã. «É com grande determinação que os jovens da Lousã podem e devem planear o seu futuro a partir daqui», exortou Miguel Fontes, frisando que, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, o Executivo de António Guterres «está a fazer um esforço considerável para desconcentrar verbas significativas para um melhor aproveitamento na área da Juventude».

PESCAS

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, garantiu quinta-feira, dia 23, aos pescadores que reclamam a legalização da pesca majoeira que esta actividade centenária só poderá ser autorizada num quadro muito restrito. Apolinário fez esta advertência a representantes dos sindicatos dos trabalhadores da pesca do Norte e Centro, que se manifestaram na semana passada frente à Secretaria de Estado das Pescas.

Não se pode alargar a toda a costa a prática da majoeira, legal desde 87, ela deverá ser autorizada só em complemento da xávega, fora da época balnear, defendeu José Apolinário na reunião com os pescadores.

O secretário de Estado aguarda a revisão do decreto 43/87, que ilegalizou a pesca majoeira, feita a menos de um quarto de milha da costa. Para tal, tem que haver acordo com os interesses dos investigadores e as autoridades de fiscalização. Os homens do mar alegam que esta é

uma pesca de subsistência, feita de Outubro a Abril na zona de Costa entre a foz do Douro e a Nazaré, quando não podem andar na xávega, em condições de risco e muitas vezes sem conseguir apanhar nada.



Sem utilização de barcos, a majoeira consiste em colocar redes na praia na maré baixa, esperando pela próxima maré baixa para apanhar o peixe. Apesar de os pescadores se queixarem de «perseguição» pelas autoridades marítimas, José Apolinário recusou-se a desautorizar a Polícia Marítima e as capitâncias, elogiando o papel que têm na protecção dos recursos.

PORTOS

O secretário de Estado da Administração Portuária, Narciso Miranda, defendeu segunda-feira, dia 27, no Porto, uma solução consensual entre autarquia e administração portuária para resolver a polémica instalação dos silos de cimento no Porto de Leixões.



«Recomendei a todas as entidades envolvidas que dialoguem de forma franca e aberta com vista a uma solução de consenso», afirmou o governante à entrada para uma reunião com as administrações da Silopor e das administrações dos Portos do Douro e Leixões (APDL) e de Lisboa (AGPL).

«Neste caso, a APDL actuou no sentido estrito de rentabilizar as suas instalações através da instalação em Leixões de uma infra-estrutura decisiva para a economia nacional e determinante para o reforço da região Norte de Portugal e do Porto no eixo no noroeste peninsular», considerou Narciso Miranda.

Sustentou também que compete às autarquias «defender os interesses das populações do ponto de vista urbanístico, de segurança e ambiental e é isso que Matosinhos está a fazer».

«Neste caso, o Governo posiciona-se entre as duas posições, ao defender a articulação dos interesses das partes envolvidas», frisou.

Narciso revelou estar ao corrente das duas reuniões que a Câmara de Matosinhos teve com a APDL «sobre esta questão» e referiu ter aconselhado a autarquia «a ter uma terceira e, se for preciso, uma quarta ou uma quinta, se for preciso até que a se chegue a uma solução que respeite os interesses da empresa e das populações».

«Nada será feito contra as câmaras, de que sou firme defensor e que têm tido um papel relevantíssimo na democracia portuguesa», sublinhou Narciso Miranda.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, garantiu sexta-feira, dia 24, que os quatro novos centros de saúde previstos para o concelho de Vila Franca de Xira estarão concluídos no próximo ano, segundo disse à Imprensa a presidente da autarquia, Maria da Luz Rosinha.

As garantias de que os centros de saúde das freguesias da Castanheira, Vialonga, Alverca e Póvoa de Santa Iria, vão estar concluídos durante o ano de 2001 foram dadas durante uma reunião que a autarca teve sexta-feira passada com a titular da pasta da Saúde.

Segundo Maria da Luz Rosinha, durante a reunião foram analisados os vários problemas que o concelho de Vila Franca tem ao nível da saúde, nomeadamente a sobrelotação e a falta de condições em que funcionam os centros de saúde e a necessidade de um novo hospital.



Relativamente à construção dos novos centros de saúde, a autarca disse ter recebido de Manuela Arcanjo a garantia de que, apesar dos atrasos que algumas obras possam sofrer, durante o próximo ano tudo estará concluído. No concelho de Vila Franca de Xira existem apenas três centros de saúde para cerca de 130 mil habitantes.

Alhandra, Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira são as freguesias onde existem agora centros de saúde, aos quais se somam as extensões em Alverca, Vialonga, Forte da Casa e Castanheira.

Contudo, ao problema de sobrelotação dos centros soma-se ainda a falta de condições em que a maioria funciona.

DESTAQUE – CM

Solidariedade

APOIO ESPECIAL PARA VÍTIMAS DE CANCRO

O Executivo socialista aprovou, na passada quarta-feira, dia 22, em Lisboa, um decreto-lei que garante um esquema de protecção especial às pessoas atingidas por doenças do foro oncológico.

Este diploma garante um esquema extraordinário de salvaguarda e solidariedade especial para com as vítimas de cancro, que se traduz na redução do prazo de garantia para acesso à pensão de invalidez, de cinco para três anos civis com registo de remunerações.

A protecção especial ao doente oncológico passa também pela melhoria da fórmula de cálculo das pensões – considerando como

remuneração de referência o total das remunerações dos três anos civis a que correspondam as remunerações mais elevadas de entre os últimos dez com registo de remunerações –, e pelo aumento de 2 para 3 por cento da taxa de formação da pensão.

O Governo prevê ainda, como medida especial de melhoria da protecção social das pessoas atingidas por doença do foro oncológico, a garantia de um montante da pensão do regime não contributivo igual ao da pensão mínima do regime geral e a atribuição do complemento por dependência com dispensa de verificação médica

DEPUTADO RENATO SAMPAIO

Ambiente e ordenamento

PROJECTO DO PCP CHEIO DE LACUNAS E INCOERÊNCIAS

Um projecto do PCP com o objectivo de compatibilizar a defesa do ambiente e o direito dos cidadãos com os direitos particulares de promoção do ordenamento do território esteve em discussão no dia 22 de Março, na Assembleia da República. Pela bancada socialista interveio o deputado Renato Sampaio que, embora reconhecendo a «bondade dos princípios» que nortearam os autores do diploma, referiu não poder concordar como seu articulado, colocando grandes objecções de vária natureza.

No que se refere à situação em que as licenças são emitidas posteriormente à entrada em vigor do plano em questão (PDM ou PROT), o deputado socialista lembrou que elas terão necessariamente que «se conformar com o regime constante desses planos».

«Os licenciamentos emitidos em violação do regime jurídico decorrente dos instrumentos de gestão orçamental são em si mesmos inválidos, determinado a lei que a sanção seja a da nulidade», afirmou.

Para Renato Sampaio, «a possibilidade que este projecto confere, de ser solicitado certificado de compatibilidade de licenças emitidas posteriormente à entrada em vigor dos instrumentos de gestão territorial ou normas legais, representa uma total

inversão, desfasamento e incoerência do projecto com as normas vigentes sobre a tutela administrativa das autarquias locais». O deputado socialista acrescentou que «a desconformidade verifica-se também com os regimes jurídicos dos instrumentos de gestão territorial, de licenciamento de operações de loteamento e obras de urbanização de licenciamento de obras particulares, da REN e da RAN, pois todos estes regimes determinam a nulidade dos licenciamentos efectuados em desconformidade com as disposições legais aplicáveis nestas matérias».

Relativamente à norma referente à obrigação de indemnização inserida no projecto comunista, Renato Sampaio disse que ela «carece de sentido útil», uma vez que, explicou, «nos casos em que o licenciamento é inválido por violar as disposições legais referidas no projecto, os regimes jurídicos de licenciamento já estabeleceram essa obrigação de indemnização, por parte das entidades licenciadoras», bem como «nos casos em que o licenciamento é validamente conferido, mas caduca em função da entrada em vigor dos dispositivos legais referidos no projecto, a obrigação de indemnizar recai sobre a entidade que tenha aprovado os referidos instrumentos». **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO MIGUEL GINESTAL

Seca e recursos hídricos

PRESERVAR E RACIONALIZAR



Garantir a salvaguarda dos rendimentos dos agricultores na campanha deste ano, reforçar o seguro de colheitas e acelerar a concretização do Plano

Nacional de Regadio são os três pontos fundamentais da estratégia de combate à seca proposta, no dia 22, pelo deputado socialista Miguel Ginestal, no plenário da Assembleia da República. Salientando que o Executivo do PS, como qualquer outro, não pode controlar as condições climáticas, o parlamentar frisou que ele pode e deve, independentemente da existência ou ausência de chuva, prevenir os seus efeitos mediante a criação de condições estruturais que assegurem os rendimentos agrícolas e o abastecimento de água para as explorações.

Qualificando de «correcta» a estratégia implementada, desde 1995, pela equipa governativa de António Guterres, Miguel Ginestal nomeou os dois pilares fundamentais da mesma: a criação do SIPAC – o seguro de colheitas criado pelo Executivo PS –, e a prioridade ao armazenamento de água.

O deputado do GP/PS não deixou

passar a oportunidade de reafirmar «o acerto da prioridade atribuída pelo Governo ao objectivo de racionalizar o aproveitamento e a gestão dos recursos hídricos», tendo por primeira medida a elaboração de um programa de investimentos públicos e de incentivos ao investimento privado, que visa aumentar a capacidade de armazenagem de água, desenvolver novos regadios e recuperar os já existentes.

Para Miguel Ginestal, «é imperioso garantir, em permanência, a água necessária para as nossas explorações agrícolas», e «tal só é possível armazenando quando ela existe em excesso, combatendo o desperdício, para a distribuir em anos, como o presente, de escassez».

«Só assim é possível garantir o desenvolvimento do mundo rural, reduzindo as assimetrias regionais, melhorando o nível de vida e de bem-estar social dos agricultores, contribuindo para ao desenvolvimento nacional, combatendo a desertificação e o abandono da terra, promovendo assim a defesa do ambiente e um correcto ordenamento do território», concluiu. **MARY RODRIGUES**

DEPUTADO LAURENTINO DIAS

Projecto de deliberação

ESCLARECER O CASO «TERESINHA»



O GP/PS apresentou, no passado dia 22, na Assembleia da República um projecto de deliberação subscrito pelo deputado Laurentino Dias onde é requerido à TVI o «envio urgente do vídeo referente ao programa» em que foi denunciado o caso de uma criança de quatro anos, identificada como Teresinha e que se encontra confiada à Associação Sol.

Recorde-se que na noite da passada terça-feira, dia 21 de Março, a Televisão Independente, num programa intitulado «Investigação/TVI», foi apresentada uma reportagem e promovido um debate acerca da alegada negligência dos direitos de uma menor, a «Teresinha».

Nesse programa foram produzidas afirmações sobre a situação daquela criança consideradas como sendo «de extrema gravidade», no texto assinado por Laurentino Dias, suscitando preocupação na bancada socialista.

No âmbito deste programa da TVI foram atribuídas responsabilidades ao quadro

legal do Instituto da Adopção, e foram criticadas pela sua actuação a Segurança Social e sobretudo a Associação Sol, uma entidade privada que recebe apoio estadual para a sua actividade.

Dada a gravidade da situação descrita e a necessidade de conhecimento adequado e completo dos factos e das suas consequências, quer na esfera dos direitos da menor, quer na actuação das diferentes instituições, o texto do projecto socialista propõe que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias delibere o visionamento cuidadoso do programa em causa, a solicitação de esclarecimentos à direcção da Associação Sol, aos competentes responsáveis da Segurança Social e aos cidadãos directamente envolvidos no caso.

O texto subscrito por Laurentino Dias prevê também a constituição de um grupo de trabalho para acompanhar as diligências descritas e apreciar e propor outras bem como eventuais medidas eventualmente convenientes.

GP/PS

Projecto de resolução

A NECESSÁRIA REVISÃO DA CONCORDATA...

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou, quinta-feira, dia 23, na Assembleia da República, um projecto de resolução para a abertura do processo de revisão da Concordata entre o Estado português e a Santa Sé.

«A Assembleia da República pronuncia-se pela adopção pelo Estado português das medidas necessárias e adequadas à abertura e à realização, nos termos decorrentes da Constituição da República e do Direito Internacional, do processo de revisão da Concordata de 7 de Maio de 1940», refere o projecto de resolução.

O documento conta com a assinatura de alguns dos mais destacados elementos da bancada do PS, como o presidente do grupo, Francisco Assis, e os deputados Manuel Alegre, Vera Jardim, António Reis, Jorge Lácio, José Magalhães, Manuel dos Santos, Barros Moura, Cláudio Monteiro e Baltazar Mendes.

Este projecto de resolução surge na sequência do que ficou acertado entre o Governo e o GP/PS, para que, antes da discussão no Parlamento dos diplomas referentes à liberdade religiosa (do PS e BE) fosse dado início ao processo que levará à

revisão da Concordata.

Nos considerandos do projecto de resolução é referido que hoje em dia a necessidade de revisão do acordo com a Igreja Católica é «consensualmente reconhecida».

«A concordata entre o Estado português e a Santa Sé – consagrando um regime de reconhecimento preferencial e privilegiado da Igreja Católica – não ficou imune às profundas mudanças que marcaram a segunda metade do século XX», sublinha o documento.

Depois de lembrar o percurso histórico de Portugal desde a aprovação da Concordata, os socialistas referem que «ao longo de mais de duas décadas de democracia, o saudável relacionamento entre o Estado democrático e a Igreja Católica levou a que não fosse colocada em primeiro plano a necessidade de uma revisão da Concordata».

Mas actualmente, quando se prepara a aprovação da «primeira lei da liberdade religiosa do regime democrático, rapidamente avultou a importância e a inevitabilidade de dar aos instrumentos que regulam as relações entre o Estado português e a Santa Sé uma redacção plenamente conforme ao novo quadro».

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Racismo

TEMPO DE VERGONHA E DE ESPERANÇA



«Cinquenta anos depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo estão de novo em ascensão, insinuam-se, ressurgem um pouco por todo o lado mas também neste nosso espaço europeu a diferentes níveis e até, como vimos ultimamente, no plano governativo de um país que formalmente comunga dos princípios fundamentais dos direitos humanos que são a matriz e configuram a União», afirmou no dia 22 de Março a deputada socialista Celeste Correia.

Numa intervenção na Assembleia da República, por ocasião da celebração do Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, a deputada socialista lembrou que «este é um tempo singular». Singular porque, frisou, «simultaneamente de vergonha e de esperança».



Numa União onde muitos homens e mulheres são ainda «desrespeitados» na sua dignidade como seres humanos, Celeste Correia considerou que «temos de ser firmes e intransigentes no que de essencial visa subverter valores humanos e éticos matriciais da nossa identidade, mas também inteligentes, ágeis na compreensão dos fundamentos e do caldo social que alimenta e faz medrar o ódio». Depois de fazer uma análise sucinta dos comportamentos e acções

discriminatórias contra minorias étnicas e raciais que se têm vindo a verificar na Europa, uma situação a que a Comunidade tem estado atenta, «uma atenção consubstanciada no Tratado de Maastricht e no de Amesterdão», Celeste Correia realçou que em Portugal «começam também a aparecer sinais de preocupação», como é o caso de Poiares, onde, recorde-se, um comunicado da câmara local incentivava a população a actos de discriminação, o que originou uma reacção «pedagógica» das instituições e das pessoas.

Sinais de esperança

Celeste Correia salientou ainda que existem vários sinais de esperança, destacando neste aspecto o esforço que o Governo do PS tem feito neste campo, «considerado muito positivo», numa lógica de construção de uma sociedade não-

racista e multicultural. «Há progressos, não os podemos escamotear», disse. Celeste Correia salientou que a luta contra o racismo «é uma batalha de todos nós». «É uma questão de sociedade e de cidadania que exige um compromisso social e político para combater injustiças e discriminações em favor de um colectivo que quer seguramente mais progresso, mais segurança e mais solidariedade entre os seus cidadãos», sublinhou.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO PAULO PISCO

Saúde

ONDE PÁRA A FÉ DO PSD?



A bancada parlamentar do PS recusou-se a pactuar com medidas «laranja» para os cuidados de saúde e acesso aos meios auxiliares de diagnóstico que impliquem resumir o papel do Estado à de um mero pagador de facturas.

O deputado socialista Paulo Pisco disse, na Assembleia da República, no passado dia 22, que os socialistas estão «empenhados em contrariar uma certa tendência para esvaziar o Serviço Nacional de Saúde, bem patente nas políticas conduzidas pelo PSD nos tempos em que foi Governo e agora com iniciativas avulsas, consubstanciadas na transferência de competências e responsabilidades do Estado para a esfera privada».

Destaque-se que o diploma do PSD em discussão no plenário de quarta-feira, dia 22, previa permitir aos médicos em exercício privado a possibilidade de prescreverem exames a serem comparticipados pelo SNS, a exemplo daquilo que já acontece em relação aos medicamentos.

Segundo o parlamentar do PS, «ao transferir para a esfera privada a possibilidade de prescrição de meios auxiliares de diagnóstico estaria a privilegiar-se claramente aqueles que têm mais poder económico para ir às consultas privadas, deixando de lado todos os outros, que são muitos».

Lembrando o «grande» esforço financeiro que a administração socialista tem feito em benefício do sector da saúde, Paulo Pisco salientou que os incentivos à melhoria do acesso aos meios auxiliares de diagnóstico não se resumem apenas à afectação de

verbas, tendo sido alargados a outros sectores.

«A questão tem, pois, de ser vista numa perspectiva integrada, quer no âmbito da prevenção da doença quer no contexto das medidas já implementadas ou a implementar em breve», declarou, acrescentando que tais medidas, «orientadas por princípios de humanização, qualidade e eficácia dos serviços e equidade no acesso, pretendem precisamente devolver o sistema de saúde àqueles para os quais ele existe».

Mas, «a tarefa não é fácil». Por isso mesmo, «é preciso algum tempo» e «é preciso afastar preconceitos ou interesses egoístas que, podendo servir os interesses de alguns, acabam por prejudicar a maior parte».

Considerando de «importância fundamental» os efeitos que uma medida como a proposta pela bancada laranja teria nas finanças do sistema de saúde pública, o deputado do GP/PS explicou: «Dado que a prescrição e realização de exames ficaria à margem do SNS, numa proximidade demasiado grande entre consultórios privados e entidades convencionadas, é por de mais óbvio que vai abrir a porta a um descontrolo da despesa, além de ser contrária à clarificação das fronteiras que devem separar o público do privado».

Ao referir-se ao outro cavalo de batalha laranja – as listas de espera –, Paulo Pisco fez notar que o PSD também se enganara quando justificou o projecto de lei em apreço com o congestionamento do sistema de saúde neste domínio específico dos meios auxiliares de diagnóstico».

Para concluir, o deputado do PS fez saber que, se o PSD tem pouca fé neste projecto, os socialistas não têm nenhuma.

MARY RODRIGUES

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos
depois
de Abril
As pessoas
em primeiro
lugar

NAS BANCAS

GRANDES LINHAS DA PRESIDÊNCIA NO DOMÍNIO CULTURA/AUDIOVISUAL

Neste primeiro semestre de 2000 entra em vigor o primeiro programa-quadro para a Cultura, ao mesmo tempo que estão a ser revistos ou também a entrar em vigor outros programas e instrumentos e que se iniciou um novo período de programação da intervenção dos Fundos estruturais, o que configura um quadro plurianual estável para a acção e o desenvolvimento culturais. Esta conjuntura exige desde logo que se prossigam e ampliem os esforços já iniciados no sentido de apurar o estado e as perspectivas de desenvolvimento da aplicação do disposto no nº4 do artigo 151º TUE.

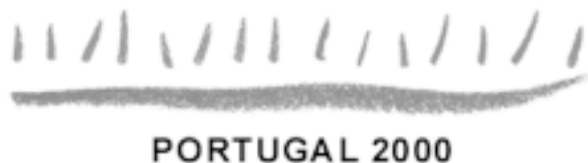
A actividade legislativa principal centra-se no domínio audiovisual, uma vez que o Conselho deverá apreciar a proposta Media Plus, processo que tem lugar num momento em que prosseguem a ritmo acelerado desenvolvimentos económicos e tecnológicos importantes, nomeadamente em relação com as novas formas de radiodifusão digital e sobretudo com os chamados novos meios de comunicação. A Presidência portuguesa atribui a maior importância a estes dossiers, tendo presente o consenso expresso pela União em diversas ocasiões quanto à importância atribuída à produção e distribuição de conteúdos europeus e à vontade europeia de investir estrategicamente nas suas indústrias culturais.

O impasse registado em Seattle é apenas um adiamento no aprofundamento do sistema comercial multilateral à escala global, no quadro da OMC, com as suas importantíssimas repercussões potenciais sobre as políticas da União Europeia, dos seus Estados-membros e dos Estados candidatos à adesão nos domínios audiovisual e cultural.

A Presidência portuguesa considera prioritário o seguimento deste dossier crucial, que constitui e constituirá uma pedra de toque para determinar o sentido e o alcance que a Comunidade pretende efectivamente dar aos seus objectivos declarados de contribuir para o desenvolvimento das culturas dos Estados-membros (TUE, nº 1 do artº 151º) e de, «na sua acção ao abrigo de outras disposições do (TUE, ter) em conta os aspectos culturais, a fim de, nomeadamente, respeitar e promover a diversidade das suas culturas» (TUE, nº 4 do artº 151º).

Finalmente, cabe referir que durante o ano 2000 decorrerá a Conferência Intergovernamental com vista à revisão dos Tratados, na qual haverá eventualmente lugar a uma reapreciação da regra de votação no Conselho ao abrigo do artigo 151º TUE (unanimidade ou maioria qualificada).

Num contexto mundial dominado por uma globalização tão omnipresente quanto irreversível e por uma convergência tecnológica que se impõe no plano dos factos, interessa em particular à Presidência



portuguesa discutir e reflectir sobre o modo como o mercado e a tecnologia afectam as condições de criação, produção, distribuição, exibição e apresentação dos bens culturais e, por conseguinte, analisar o modo como o mercado e a tecnologia afectam, negativa ou positivamente, as condições de acesso à própria diversidade cultural.

Interessa-nos, por outro lado, contribuir para encontrar, à escala europeia, as respostas e soluções necessárias para enfrentar os novos desafios e oportunidades, procurando igualmente que essas respostas tenham uma tradução efectiva e eficaz nos planos político, legislativo e económico.

Assim, e sintetizando, a Presidência

portuguesa tem por objectivos fundamentais, no domínio Cultural/Audiovisual:

- promover e aprofundar o debate sobre os contornos que deverá hoje assumir uma política comum à escala europeia no domínio da cultura, no pressuposto hoje também unanimemente aceite que a identidade cultural europeia está na sua própria e intrínseca diversidade;
- contribuir para a obtenção de resultados que, ao nível da prática e da acção, ilustrem ou traduzam essa política.

Prioridades específicas da Presidência

Especificamente, a Presidência portuguesa

entende ser sua missão procurar:

Aprofundar temas e políticas e promover a consolidação da posição europeia sobre os bens e serviços culturais e sobre o lugar da cultura no projecto europeu, inclusivamente na perspectiva de precisar a estratégia europeia para o(s) próximo(s) ciclo(s) de negociações sobre comércio mundial; Contribuir para a adopção de um programa Media Plus tão próximo quanto possível das aspirações europeias e para o enriquecimento da política audiovisual europeia.

Com a entrada em vigor do programa Cultural 2000, a actividade legislativa fundamental do Conselho Cultural/Audiovisual no próximo semestre, e mesmo no próximo ano, será muito provavelmente a que diz respeito ao programa Media Plus relativo à intervenção europeia no âmbito do audiovisual, sector decisivo e estratégico em termos culturais, mas também económicos, no qual em boa parte se jogam os destinos do nosso futuro enquanto europeus e nacionais de cada Estado-membro.

A presidência portuguesa está a desenvolver todos os esforços para obter os maiores progressos possíveis no 1º semestre, quer no que respeita à adopção da posição comum referente à vertente formação, quer no que respeita à obtenção de consenso quanto às restantes componentes do programa, de modo a que, no máximo, a presidência francesa seguinte possa, no prazo legalmente fixado, obter a sua aprovação definitiva até ao final do ano 2000.

Por outro lado, e ainda em relação com o sector audiovisual, a Presidência considera importante lançar um debate novo e inovador sobre o *património cinematográfico europeu*, o seu valor cultural e económico e a necessidade de uma intervenção articulada à escala europeia neste sector, na medida em que ele poderá constituir no próximo milénio um dos suportes mais fortes do desenvolvimento da identidade cultural europeia e da própria economia audiovisual e de conteúdos europeia.

Contribuir, no limite das suas competências, para um resultado satisfatório da *próxima Conferência Intergovernamental de revisão dos Tratados* no que diz respeito à regra de votação no Conselho prevista no artigo 151º.

Seguir os desenvolvimentos noutras áreas de actuação da Comunidade em aplicação do disposto no nº4 do artigo 151º do Tratado, em especial no que diz respeito ao *direito de autor no ambiente digital*, à mobilidade de profissionais e produções na área das Artes do Espectáculo e à articulação entre desenvolvimento, informação e conhecimento e cidadania. Debruchar-se sobre a eventual revisão da Directiva relativa à restituição de bens culturais.

Reunião informal de Ministros da Cultura e Audiovisual

Reunião de âmbito europeu patrocinada pela presidência portuguesa

30-31 de Março de 2000
Centro Cultural de Belém e Parque das Nações - Lisboa

Dia 30

«A diversidade cultural no novo contexto internacional» e «Estratégia europeia para a promoção da diversidade cultural»

Conferência no auditório da FIL

«A diversidade cultural no novo contexto internacional»

Oradores convidados

Marino Livolsi, Dominique Wolton, Antonin J. Liehm e Eduardo Prado Coelho

Esta reunião contará, numa das suas sessões, subordinada ao tema «Cultura, Diversidade e Coesão», com a presença de intelectuais europeus que ajudarão a reflectir sobre o tema proposto, e servirá também para analisar e definir ou aprofundar a posição do Conselho sobre questões concretas que se relacionam com o referido tema e sobre as quais a União se irá debruçar em 2000.

As conferências e reuniões internacionais sectoriais a organizar pela Presidência respeitam quer a temas que têm uma relação muito próxima com a actualidade político-legislativa da União no domínio cultural em sentido lato, quer a temas que a Presidência considera fundamentais para uma mais eficaz tomada em consideração da Cultura nas demais políticas comunitárias e para uma maior articulação entre Cultura, Conhecimento, Informação e Cidadania.

ESTRASBURGO

Eurodeputados socialistas

SEGURO CHEFIA DELEGAÇÃO DO PE AO MÉXICO

O camarada António José Seguro, na qualidade de presidente da delegação do PE para as questões com a América Central e o México, chefia a missão que se desloca ao México de 25 a 31 de Março. A missão, composta por oito eurodeputados de quatro formações políticas, será recebida pelo Presidente da República do México, Ernesto Zedillo, pela secretária de Estado para as Relações Exteriores, Rosário Green, pelo subsecretário de Estado do Comércio e Fomento Industrial, Luís de la Calle, pelo presidente do Senado, María de los Angeles, e pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado,

Fernando Solana. Estão também previstos encontros como presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, José Luis Soberanes Fernandez, e com organizações civis de defesa dos direitos humanos. Está também programada uma visita ao Centro de Direitos Humanos Miguel Agustín Pró. Além de encontros com os candidatos à presidência do PRD, PRI e do PAN, e com empresários em Monterrey, os eurodeputados visitam o estado de Chiapas onde vão encontrar-se com o seu governador, o bispo Samuel Ruiz, e com as autoridades tradicionais indígenas.

MOEDA ÚNICA

Quinze decidem

OITO ANOS DE CADEIA PARA FALSIFICADORES

Portugal e os seus parceiros da União Europeia (UE) vão endurecer o combate à contrafeição do euro e chegaram na passada terça-feira a acordo quanto a uma «pena mínima comum» de oito anos para sancionar aquela prática. A pouco mais de um ano e meio de entrar fisicamente em circulação a moeda única europeia, em Janeiro de 2002, e numa altura em que estão já a ser produzidas moedas e notas de euro, os Quinze querem criar «sanções iguais em todos os países europeus», de forma a «não dar oportunidade aos criminosos de irem delinquir onde a pena fosse mais baixa». A explicação foi dada pelo ministro da Justiça português, António Costa, que, com o ministro da Administração Interna, Fernando Gomes, participou na reunião de titulares das pastas da Justiça e Assuntos Internos dos Quinze, em Bruxelas. «É fundamental ter o mesmo tipo de sanção para o mesmo tipo de crime para dar uma

resposta articulada de todos os Estados-membros na repressão da contrafeição do euro. É preciso evitar que o aparecimento de uma nova moeda não constitua uma nova oportunidade para os falsários», disse. Em Portugal, a transposição do acordo hoje alcançado no dia 29 (até Dezembro de 2001) significará, assim, a passagem da moldura penal aplicável ao crime de falsificação de moeda dos actuais seis para oito anos. O comissário com a pasta da Justiça e Assuntos Internos, António Vitorino, assinala ainda que o acordo alcançado permitiu criar uma definição comum deste tipo de crime, já que «nem em todos os Estados-membros se considerava crime a falsificação de moeda», explicou. O projecto acordado será agora aprovado formalmente na próxima reunião de ministros JAI, a 29 e 30 de Maio, cabendo depois aos Estados-membros transpor as medidas adoptadas para as respectivas legislações nacionais.

Reuniões de âmbito europeu organizadas ou patrocinadas pela presidência portuguesa

Colóquio internacional As Bibliotecas Nacionais no Século XXI – Informação e Conhecimento

6-7 de Abril de 2000
Biblioteca Nacional - Lisboa
Entidade organizadora
Biblioteca Nacional

O Colóquio debruça-se sobre a problemática específica das bibliotecas nacionais, abordando questões como os desafios concretos da Sociedade da Informação, os direitos de autor e conexos, papel na educação, novas tecnologias e estratégias de preservação e divulgação, entre outros tópicos.

Medidas aprovadas na Cimeira de Lisboa Por uma Europa com mais e melhor emprego

Sociedade da Informação:

- Aprovar durante o ano 2000 legislação pendente relativa ao enquadramento jurídico para o comércio electrónico.
- Completar a plena integração e liberalização dos mercados e telecomunicações até final de 2001.
- Reduzir os custos de utilização da Internet ao nível local até ao fim de 2000.
- Garantir o acesso à Internet e aos recursos multimédia para todas as escolas da União até 2001 e que todos os professores necessários sejam capazes de os utilizar até final de 2002.
- Assegurar o acesso electrónico generalizado aos principais serviços públicos de base até 2003.

Investigação e Inovação:

- Desenvolver a ligação em rede dos programas nacionais de investigação com o levantamento até 2001 de exemplos de excelência em termos de investigação e desenvolvimento em toda a Europa, a fim de incentivar a difusão.
- Tornar o ambiente mais propício ao investimento na investigação privada, às parcerias em matéria de I&D (investigação e desenvolvimento) e ao lançamento de empresas no domínio das tecnologias de ponta, através de políticas fiscais, de capitais de risco e do apoio do BEI (Banco Europeu de Investimento).
- Facilitar a criação até final de 2001 e com o apoio do BEI de uma rede transeuropeia de alta velocidade para as comunicações científicas por via electrónica.
- Remover obstáculos à mobilidade dos investigadores na Europa até 2002 bem como atrair e reter os talentos em matéria de investigação de alta qualidade.
- Assegurar a disponibilidade de uma patente comunitária até ao final de 2001.

Aspectos Económicos e Financeiros:

- «Benchmarking» de políticas nacionais para empresas com medidas como «one-stop-shops» para empresas.
- Programa plurianual para empresas.
- Carta Europeia das Pequenas Empresas.
- Reorientar os fundos para o apoio à criação de empresas, de firmas de alta tecnologia e de microempresas, bem como para outras iniciativas de capital de risco propostas pelo BEI.
- Estabelecer até ao final de 2000, uma estratégia para a supressão dos obstáculos aos serviços.
- Realizar um mercado único plenamente operacional nas áreas do transporte e energia.
- Concluir atempadamente os trabalhos relativos às futuras propostas de actualização das normas em matéria de contratos públicos, para permitir que as novas tecnologias entrem em vigor antes de 2002.

- Tomar as medidas necessárias para assegurar que seja possível, até 2003, efectuar por via electrónica as aquisições comunitárias e do sector público.
- Incentivar a concorrência e reduzir o nível geral das ajudas de Estado.
- Completar o mercado único dos serviços financeiros e concluir o pacote fiscal pendente.
- Reduzir a pressão fiscal sobre o trabalho e aumentar o investimento na educação, formação, I&D e inovação.
- Assegurar a sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas.

Modelo Social Europeu:

- Aumentar o investimento «per capita» em recursos humanos.
- Estabelecer parcerias entre escolas, centros de aprendizagem, empresas e centros de investigação.
- Estabelecer um quadro europeu para definir as novas competências básicas a proporcionar através da aprendizagem ao longo da vida.
- Criar um diploma europeu para as competências básicas em tecnologias da informação, com procedimentos descentralizados de certificação, destinado a promover a literacia digital em toda a União.
- Melhorar a empregabilidade e reverter os desempregados para os défices de qualificação.
- Dar mais alta prioridade à aprendizagem ao longo da vida através do incentivo a acordos entre os parceiros sociais em matéria de inovação e formação ao longo da vida, da exploração da complementaridade entre a aprendizagem ao longo da vida e a adaptabilidade, assegurando uma gestão flexível do tempo de trabalho e da rotação de empregos, e da introdução de um prémio europeu para as empresas particularmente avançadas neste capítulo.
- Aumentar o emprego nos serviços, nomeadamente os serviços pessoais com o envolvimento de iniciativas do sector privado, do sector público ou do sector terciário.
- Promover todos os aspectos da igualdade de oportunidades, incluindo a redução da segregação ocupacional e tornar mais fácil a conciliação da vida profissional com a vida familiar, em particular, melhorando as estruturas de acolhimento às crianças.
- Aumentar a taxa de emprego para o mais próximo possível de 70 por cento em 2010.
- Atribuir à promoção da inclusão um papel de relevo nas políticas de emprego, educação e formação, saúde e alojamento dos Estados-membros.
- Desenvolver acções prioritárias dirigidas a grupos-alvo específicos: grupos minoritários, crianças, idosos, pessoas deficientes.

ALTO MINHO E BAIXO CÁVADO LIVRES DE LIXEIRAS

O ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou no dia 24, no Porto, o «funcionamento em pleno» dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos minhotos que permitiram o encerramento das 13 lixeiras do Alto Minho e Baixo Cávado.

Com a apresentação na Cidade Invicta e visita aos sistemas de resíduos sólidos urbanos do Vale do Lima e Baixo Cávado (Resulina) e do Vale do Minho (Valorminho), Sócrates pretende demonstrar o sucesso destas infra-estruturas, orçadas em 5,1 milhões de contos, e contribuir para o esclarecimento da população.

«É preciso compreender que Portugal não pode continuar a ser o País das lixeiras e o Minho pode contribuir para esse esclarecimento», sublinhou o governante, lembrando que o processo de construção dos aterros sanitário da Resulina e Valorminho «também não foi pacífico».

«Hoje a população percebe que houve requalificação» e que «o trabalho foi bem feito», disse.

Referindo-se à polémica registada esta semana em Bigorne (Lamego), com o início da construção do aterro sanitário do Douro Sul, José Sócrates considerou que a contestação popular é fruto de «desinformação política» baseada «na intolerância, no medo e na ignorância».

«Queremos encerrar as 15 lixeiras dos dez concelhos do Douro Sul e fazer o aterro obedecendo a todas as normas ambientais», garantiu.

José Sócrates afirmou que das 380 lixeiras existentes em Portugal, restam apenas 81 que serão encerradas dentro de um ano e



meio, através da construção de cinco aterros sanitários.

A visita do ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território visou assinalar a conclusão dos trabalhos de recuperação ambiental e selagem das 13 lixeiras do Vale do Minho, Vale do Lima e Vale do Cávado. Os aterros sanitários do Vale do Lima e Baixo Cávado (Resulina), em Vila Fria, Viana do Castelo, e do Vale do Minho (Valorminho) em São Pedro da Torre, Valença, iniciaram a sua actividade no final de 1998.

A Resulina procede ao tratamento dos resíduos sólidos dos concelhos de Arcos de Valdevez, Barcelos, Esposende, Ponte da Barca, Ponde de Lima e Viana do Castelo, com uma população de 308 mil habitantes.

A Valorminho serve os concelhos de

Caminha, Melgaço, Monção, Paredes do Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira, com uma população de 82 mil habitantes. Em 1999, foram produzidas e tratadas cerca de cem mil toneladas de resíduos sólidos urbanos no conjunto dos concelhos abrangidos pela Resulina e Valorminho.

Para 2000, as previsões apontam para a produção e tratamento de 108 mil toneladas no vale do Minho e Baixo Cávado e 30 mil toneladas no Vale do Minho.

Foram gerados 46 postos de trabalho directos e estima-se que 240 indirectos. Está previsto o reforço da distribuição de ecopontos em todos os concelhos dos sistemas multimunicipais até se obter o rácio de um ecoponto por cada 450 habitantes.

Cinco anos para despoluir Douro e Leça

No *dossier* das águas a gestão ambiental da equipa socialista não descansa. O ministro do Ambiente, José Sócrates anunciou, uma semana antes (dia 17), também no Porto, a criação de um Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Grande Porto e garantiu a despoluição das bacias do Douro e Leça em cinco anos. Sócrates apontou a Empresa Águas do Douro e Paiva como a melhor solução para gerir e explorar as diversas infra-estruturas de saneamento e águas residuais do Grande Porto.

O ministro falava na cerimónia de arranque das obras de construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Sobreiras, Porto, um equipamento orçado em cerca de 4,8 milhões de contos (24 milhões de euros) que irá receber e tratar os esgotos da metade ocidental da cidade, com uma população estimada em 200 mil pessoas.

José Sócrates defendeu, na ocasião, o aproveitamento de sinergias como

«fundamental» para garantir «o sucesso» do investimento, acrescentando que «sai mais barato gerir um único sistema do que vários subsistemas».

«É fundamental perceber que um sistema tão exigente e sofisticado, com infra-estruturas de seis ou sete milhões de contos exige profissionalismo», disse, salientando a necessidade de existir uma «estrutura empresarial» para garantir que «nenhuma ETAR que seja construída deixe de funcionar».

«Ao mesmo tempo - acrescentou - é fundamental assegurar que o dinheiro dos portugueses neste esforço de cinco anos para despoluir o País seja aplicado em infra-estruturas que funcionem e que a sua gestão seja feita com sustentabilidade ambiental e económica».

O ministro referiu que o novo sistema de saneamento de águas residuais do Grande Porto deverá estar operacional em 2004.

José Sócrates garantiu ainda que com os investimentos previstos as bacias do Douro (troço final) e do Leça ficam despoluídas em cinco anos, salientando que dos 40 milhões de contos (200 milhões de euros) destinados à despoluição da Área Metropolitana do Porto (AMP) a construção das ETAR's de Sobreiras e do Freixo (em fase de conclusão), no Porto, representam a «parte mais significativa do investimento», cerca de 15 milhões de contos (75 milhões de Euros).

Água: garantidos caudais mínimos

Também no dia 17, o ministro do Ambiente afirmou que o convénio assinado por Portugal e Espanha é «um bom acordo» para os dois países e que os caudais mínimos dos rios internacionais que chegam a Portugal «estão garantidos».

O convénio funciona porque «define princípios gerais que obrigam as duas partes a fazer a gestão sustentada das bacias», disse José Sócrates.

«A prova de que a cooperação entre os dois países funciona foi a rapidez com que autoridades espanholas resolveram os problemas detectados há cerca de três dias», sublinhou. O titular da pasta do Ambiente referia-se à situação detectada recentemente (baixos caudais da bacia do Tejo) que o obrigou a intervir junto do Executivo espanhol para que procedesse à reposição dos volumes mínimos exigíveis para Portugal. «Existe água suficiente para todas as actividades nos dois países», frisou, acrescentando que «a questão é fazer a sua gestão de forma equilibrada, razoável e sustentável também para os rios». Sócrates considerou, no entanto, que a comissão de acompanhamento e desenvolvimento do convénio luso-espanhol, assinado em Vilamoura, em Novembro de 1998, tem «um largo trabalho à sua frente» que é «concretizar aquilo que são os princípios gerais da convenção».

PORTUGAL CONQUISTA PRÉMIO EUROPA NOSTRA

O projecto de conservação exterior da Torre de Belém, executado em 1997, recebeu, no dia 25, em Veneza, o Prémio Europa Nostra.

Os galardões Europa Nostra, apoiados pela Comissão Europeia, são uma referência internacional na área da conservação e restauro do património edificado.

Trata-se da primeira vez que Portugal recebe tal distinção.

Europa Nostra é uma organização não governamental que agrega mais de 200 outras organizações não governamentais de 35 Estados europeus.

A Europa Nostra tem como objectivo a defesa da herança cultural dos povos

como reforço da sua identidade própria. O projecto de restauro das fachadas da Torre de Belém foi dirigido pela «World Monuments Fund Portugal» (WMFP), tendo-se caracterizado pela avaliação das condições existentes, o planeamento e controlo dos processos de conservação, além de uma gestão da informação.

O Prémio Europa Nostra foi entregue sábado, no Palácio dos Doges, em Veneza, pelo príncipe consorte da Dinamarca, Henrique, a Paulo Lowndes Marques, presidente da WMFP.

Actualmente, a WMFP patrocina um projecto idêntico relativo ao restauro dos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

MINISTÉRIO DIVULGA PROJECTO DE REVISÃO CURRICULAR

A inclusão de uma segunda língua estrangeira como disciplina no terceiro ciclo do ensino básico é uma das medidas de reorganização curricular proposta pelo Ministério da Educação que seguiu, no dia 27, para os parceiros educativos.

A proposta de reorganização curricular do ensino básico não implica, ao contrário da revisão curricular do ensino secundário, alterações de objectivos, de programas ou de desenho curricular, nem avança com mudanças de fundo no regime de avaliação. Numa nota prévia, a secretária de Estado da Educação explica que a reorganização opera apenas regulações pontuais, introduzindo uma área dirigida à aprendizagem de métodos de estudo e de trabalho.

Pretende esta medida, segundo a declaração de princípios que a acompanha, assegurar uma formação geral comum a todos os alunos e articular os três ciclos do ensino básico.

A reorganização curricular do ensino básico visa ainda contribuir para o desenvolvimento do processo de gestão flexível do currículo que já existe em algumas escolas piloto.

O novo desenho curricular, no quadro da reorganização do currículo do ensino básico, entrará em vigor em Setembro de 2001 para os alunos que iniciam em 2001/2002 os sete primeiros anos da escolaridade, estendendo-se ao oitavo e ao nono ano em 2002/2003 e 2003/2004, respectivamente.

Cidadania obrigatória

No documento, o Ministério propõe que a educação para a cidadania seja uma componente obrigatória do currículo, constituindo um espaço de diálogo e reflexão sobre experiências vividas e preocupações sentidas pelos alunos, assim como sobre



temas e problemas relevantes da comunidade e da sociedade.

Esta componente curricular atravessará todos os saberes, passando por todas as situações vividas na escola.

Segundo a proposta, a área de projecto é também uma componente obrigatória do currículo em todos os ciclos, sendo que nos segundo e terceiro tempos semanais destinados ao trabalho dos alunos nesta área serão atribuídos a dois professores de turma. No documento, é ainda proposta a obrigatoriedade curricular do estudo acompanhado, visando a promoção e aquisição, pelos alunos, de métodos de estudo e de trabalho que lhes permitam realizar com crescente autonomia a sua aprendizagem.

No âmbito desta componente curricular, entende o Ministério da Educação que deve ser realizado um trabalho que leve à utilização das tecnologias da informação e comunicação.

Relativamente à avaliação, a proposta avança com um projecto que visa o recurso a uma variedade de modos e instrumentos de avaliação, ao longo de cada ano e ciclo.

Avaliar evolução

A avaliação, de acordo com o documento, deve ter em vista apreciar a evolução global dos alunos, mantendo como referência as aprendizagens e competências essenciais, quer as da natureza transversal quer as que dizem respeito às diversas áreas e disciplinas.

O Ministério coloca ênfase no carácter formativo da avaliação, assim como na adopção de uma lógica essencialmente de ciclo que não significa a eliminação das repetências no final de cada ano lectivo.

A avaliação sumativa realiza-se no final de cada um dos três períodos escolares.

No 1º ciclo será em forma descritiva, enquanto nos 2º e 3º ciclos se expressará

numa escala qualitativa de cinco níveis em todas as disciplinas, assim como na área de projecto, e de forma descritiva nas restantes áreas do currículo.

Em qualquer dos ciclos, segundo a proposta, haverá ainda dois momentos de avaliação, a meio dos primeiro e segundo períodos escolares, centrados na análise da progressão dos alunos no quadro do desenvolvimento do projecto curricular de turma.

O Ministério propõe ainda, em articulação com a avaliação contínua, realizada ao longo dos vários anos e ciclos, uma avaliação global ligada à conclusão do ensino básico, que atenderá ao percurso do aluno e ao progresso das suas aprendizagens.

Esta avaliação, que será da competência de cada escola e de cada Conselho de Turma, poderá apoiar-se na realização de uma prova ou trabalho globalizante ou de um projecto e considerará a aquisição dos saberes essenciais e estruturantes das disciplinas, bem como o desenvolvimento de competências de natureza transversal como autonomia e responsabilização do aluno e as suas capacidades de organização e comunicação.

Para apoiar o processo de reorganização curricular, o Ministério da Educação pretende tomar algumas medidas, entre as quais a formação, nos domínios do currículo e da gestão curricular, de técnicos de administração central, regional e local tendo em vista o apoio e acompanhamento às escolas.

Ao longo do ano lectivo de 2000/2001, o gabinete da 5 de Outubro propõe-se desenvolver acções de formação de professores e de discussão em torno dos aspectos centrais do currículo e da gestão curricular.

CAMPANHA NACIONAL DE SENSIBILIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade vai fazer uma campanha de sensibilização, fiscalização e controlo das prestações da Segurança Social, envolvendo cerca de 210 mil beneficiários e cerca de 15 mil empresas, anunciou no dia 21 o ministro.

Ferro Rodrigues explicou, em conferência de Imprensa, que esta acção se enquadra na política de «rigor orçamental e intenso esforço de prevenção e eliminação de vários incumprimentos em matéria de segurança social», que tem vindo a ser

desenvolvida.

A «operação de âmbito nacional de prevenção e sensibilização» vai abranger 80 mil beneficiários do subsídio de doença e 105 mil beneficiários de pensões.

A campanha já está em curso, prolongando-se pelo mês de Abril e abrangendo também 11.500 empresas contribuintes para o orçamento da Segurança Social.

A par desta, será feita uma operação de fiscalização e controlo que incidirá sobre 15 mil beneficiários do subsídio de doença, 1500 beneficiários de pensões, 1300 famílias

beneficiárias do Rendimento Mínimo Garantido, 3130 empresas contribuintes para a Segurança Social e 1500 beneficiários do subsídio de desemprego.

Para o secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, esta campanha tem a dupla mensagem de sublinhar a necessidade de respeito pelo pagamento das contribuições e a necessidade de regular a utilização por parte dos beneficiários.

Subsídios de doença

Vieira da Silva explicou, ainda, que um dos

públicos-alvo desta campanha será constituído pelos médicos do Serviço Nacional de Saúde, que receberão um «mailing» sobre a importância dos subsídios de doença.

As acções de sensibilização e, também, as de controlo e fiscalização vão incidir sobre segmentos considerados de risco, avaliados de acordo com os parâmetros médicos de cada prestação.

Ou seja, as baixas inusitadamente longas ou os beneficiários do RMG que sejam dificilmente localizáveis, por exemplo, serão investigadas.

JUSTIÇA

Eleição de provedor

LABORINHO SUCEDE A MENÉRES

Laborinho Lúcio deverá ser eleito hoje provedor de Justiça pela Assembleia da República (AR). Menéres Pimentel, que termina agora o segundo mandato como Provedor de Justiça, depois de ter sido eleito, pela primeira vez, em 1992, numa breve retrospectiva do seu último mandato, referiu que nunca teve qualquer «choque» com o primeiro-ministro e que, pelo contrário, sempre recebeu o apoio do chefe do Governo. Naquilo que dependia da intervenção do Executivo, Guterres procurou «criar condições de trabalho» à Provedoria, recordou. Questionado sobre a eficácia das recomendações da Provedoria de Justiça, disse que desde 1992 tem vindo sempre a subir, atingindo actualmente uma taxa de eficácia entre os 80 e 83 por cento, o que é «uma das maiores, senão a maior taxa de eficácia da Europa», explicou. «Nem sempre os processos andam com a celeridade desejável porque temos sempre

de ouvir as entidades visadas, e da Administração Local nem sempre temos uma colaboração muito pronta, enquanto que da Administração Central, por vezes, temos algumas incompreensões», justificou.

Competências

Segundo a Constituição, o provedor de Justiça é um órgão independente, sendo o seu titular designado pela AR. Os cidadãos podem apresentar queixas por acções ou omissões dos poderes públicos ao provedor, que as apreciará sem poder decisório, dirigindo aos órgãos competentes as recomendações necessárias para prevenir e reparar as injustiças. À luz da Constituição, os órgãos e agentes da Administração Pública devem cooperar com o provedor de Justiça na realização da sua missão. Apesar de o número de processos abertos pela Provedoria ter aumentado

significativamente desde 1992, quando tomou posse pela primeira, Menéres Pimentel garante que o número de processos pendentes baixou desde então, passando de mais de sete mil para pouco mais de quatro mil. Um quadro de queixas individuais (6 210) apresentadas na Provedoria de Justiça e distribuídas segundo a situação socioprofissional dos reclamantes, coloca o trabalhador da Administração Central, Regional ou Local num dos lugares da frente, com um total de 1 873 queixas. Quanto às queixas colectivas (430), as Sociedades aparecem no topo, com 122 queixas, seguidas dos Sindicatos e Associações Sindicais (108) e Comissões de Residentes (88). As estatísticas da Provedoria indicam ainda que os homens reclamam mais: 3802

queixas contra 2397 das mulheres. Laborinho Lúcio, indicado para suceder a Menéres Pimentel, desempenha actualmente as funções de procurador-geral-adjunto no Supremo Tribunal de Justiça. Nascido em 1942 na Nazaré, Laborinho Lúcio foi ministro da Justiça (1990-95) de Cavaco Silva, depois de ter desempenhado as funções de secretário de Estado da Administração Judiciária. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, desempenhou entre 1980 e 1989 o cargo de director do Centro de Estudos Judiciários. Foi ainda director da Escola de Polícia Judiciária, delegado da Sociedade Internacional de Criminologia e presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa para o Direito de Menores e de Família.

RECURSOS HÍDRICOS

Guterres assegura

ÁGUA «DE BOA QUALIDADE» ATÉ 2006

O primeiro-ministro, António Guterres, afirmou, no dia 28, em Gaia, que 95 por cento da população portuguesa vai ser, até 2006, abastecida com água de qualidade. «O abastecimento de água de qualidade, integrada em sistemas de tratamento, é uma das nossas prioridades no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio», acrescentou Guterres. O chefe do Executivo falava na cerimónia de inauguração da Estação de Tratamento de Águas de Lever, em Gaia, um investimento de mais de dez milhões de contos, integrado no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à Área Sul do Grande Porto. O sistema foi criado com o objectivo de fornecer água de qualidade e em quantidade aos municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Valongo e Vila Nova de Gaia. O sistema servirá 1,4 milhões de habitantes e permite uma gestão integrada da água, ascendendo os investimentos globais, numa primeira fase, a 30 milhões de contos. Este sistema resulta de um contrato celebrado em 1996, mediante o qual o Estado atribuiu à empresa Águas do Douro e Paiva a concessão para sua exploração e gestão, cabendo-lhe disponibilizar a água aos municípios, aos quais compete a sua distribuição às populações. Com os sistemas do Douro e Paiva e Cávado, que entrou recentemente em funcionamento, toda a região do Grande Porto e concelhos envolventes fica servida

por modernos sistemas de abastecimento de água. António Guterres referiu ainda que o Governo pretende que, em 2006, 90 por cento da população tenha os seus esgotos tratados de uma forma total e que todos os resíduos, depois de convenientemente reciclados e reutilizados, sejam também bem tratados ou bem depositados. Esta aposta do Executivo socialista na política ambiental até 2006 significa, para o primeiro-ministro, «uma vontade clara de melhorar a qualidade de vida das pessoas». «Significa que queremos colocar Portugal ao nível dos seus companheiros da União Europeia», frisou. Guterres destacou todo o trabalho feito pela Área Metropolitana do Porto (AMP) nesta matéria, considerando que a AMP «tomou um papel decisivo, democrático, assumindo valores de política ambiental para o País». «A aposta na AMP onde está em curso um grande investimento, não é uma aposta regional, é nacional, de evidente justiça face a atrasos e omissões, que são do passado e até de décadas, mas o que importa agora investir com determinação», salientou. O primeiro-ministro disse mesmo que o Norte, «uma região que estava muito atrasada, em particular a AMP está agora em marcha forçada para resolver os seus problemas de abastecimento de água, de tratamento de esgotos e de resíduos e em breve será uma região modelo na Europa». António Guterres realçou ainda a importância de «investir a um prazo reduzido» na despoluição dos rios, nomeadamente no Douro e seus afluentes.

HABITAÇÃO

Até final da legislatura

GOVERNO ENTREGA 60 MIL FOGOS

O Executivo socialista prevê entregar 60 mil novos fogos habitacionais no País até ao fim da legislatura, num investimento que envolve 40 milhões de contos. O anúncio foi feito, no dia 24, em Matosinhos, pelo ministro do Equipamento Social. «A habitação é uma das políticas mais prioritárias deste Governo e é preciso criar mais condições para que os portugueses possam ter melhor qualidade de vida», referiu Jorge Coelho. Para o governante, só com parcerias de financiamento entre Executivo e autarquias é possível continuar esta política de habitação. Jorge Coelho, que falava no Salão Nobre dos Paços do Concelho, participou sexta-feira numa cerimónia de entrega de 56 novos fogos do Conjunto Habitacional do Padrão da Légua, construído no âmbito do PER - Programa Especial de Realojamento -, promovido pela Câmara Municipal de Matosinhos. O empreendimento, que ficou concluído em Fevereiro último e teve um custo final de cerca de 330 mil contos, inclui um parque de estacionamento com 42 lugares, uma área de jardins com plantação de árvores e um sistema de recolha de lixo e de rega automática. Destas habitações, 16 Tipologia 1 (T1), 28 T2, oito T3 e quatro T4, foram cedidos dois fogos à Associação dos Doentes com Lúpus, para aí poder instalar a sua delegação e um serviço de apoio a doentes.

Na cerimónia foram entregues simbolicamente quatro chaves destas 56 habitações, que abrangerão 200 pessoas. O presidente da Câmara de Matosinhos, o camarada Manuel Seabra, aproveitou para elogiar o Executivo de António Guterres, afirmando que «os compromissos deste Governo andam a velocidade de cruzeiro». Manuel Seabra afirmou que a entrega dos 56 fogos vem no seguimento de uma das principais prioridades da autarquia, «que vê assim concretizada mais uma etapa da política de habitação social». O autarca anunciou que a Câmara de Matosinhos pretende entregar mais 2 300 novas casas até final de 2001. «Nos próximos dois anos, vamos também devolver ao parque habitacional construído a dignidade», disse, referindo-se aos melhoramentos que serão feitos nos bairros mais antigos do concelho. O ministro Jorge Coelho e o autarca de Matosinhos tiveram ainda uma sessão de trabalho para fazer o ponto da situação da rede viária do concelho, nomeadamente o IP4, a VRI (ligação do Nó de Custóias ao Aeroporto), a VILP (Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões e à rede viária nacional), a ligação do nó de Perafita ao nó de Angeiras do IC1 e concelho de Vila do Conde e a construção de uma via para ligação da Refinaria da Petrolgal à rede nacional IC1. Acerca do IP4, Jorge Coelho referiu que «as obras arrancarão no início do ano que vem».



Albufeira



Câmara investe nas estradas

No âmbito da sua política de melhoramento das estradas e caminhos do concelho, a Câmara Municipal de Albufeira deliberou abrir concursos públicos para a adjudicação de duas obras, a saber: empreitada de concepção, construção, alargamento e pavimentação da estrada Purgatório-Matos-Tunes e empreitada de repavimentação de aruamentos na povoação de Paderna e ligação da EN 270 à Rua 5 de Outubro.

Alcântara

Boletim informativo

«Notícias de Alcântara» é o nome do boletim informativo da Junta de Freguesia de Alcântara, que na sua última edição tem como tema central de capa o protesto levado a cabo pela população de Alcântara contra o encerramento da carreira de eléctrico n.º 18, um ex-libris da cidade que a administração da Carris, numa visão algo economicista, pretende pôr fim.



Com o título «Eléctrico chamado protesto», um extenso artigo fala da história do eléctrico e da necessidade de o preservar.

Cascais

VII Cursos Internacionais de Verão

O município de Cascais vai viabilizar a realização dos VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2000, dirigidos por José Tengarrinha, através da entrega de apoio no

valor de 20 mil contos ao Instituto de Cultura e Estudos Sociais.

Os VII Cursos Internacionais de Verão de Cascais vão decorrer entre 3 e 15 de Julho sob os seguintes temas: «A sexualidade na civilização ocidental», «A cidade», «O Brasil: encontros, desencontros e reencontros» e «Doenças e flagelos do século XX».



Paralelamente realizam-se três cursos complementares: «Aperfeiçoamento de clarinete», «Aperfeiçoamento de violoncelo» e «Iniciação à escultura». Participam nesta iniciativa, entre outros, Júlio Machado Vaz, Machado Caetano, Gonçalo Ribeiro Telles, João Medina e Isabel Pires de Lima.

Faro

Comemorações da tomada da cidade aos mouros

A Câmara Municipal de Faro promoveu no dia 28 um sarau comemorativo da tomada da cidade aos mouros, que decorreu no auditório do museu municipal.



Na ocasião, o professor António Borges Coelho proferiu uma conferência subordinada ao tema «Faro muçulmana e cristã».

O programa encerrou com um recital de violino e piano por Inês Barata e Raquel Correia que interpretaram a Sonata n.º 1, in G. Op. 78 de Brahms; a Meditação op. 42 n.º 1 de Tchaikowski e a Sonata para Violino e Piano de César Franck.

Montemor-o-Velho

Rede de Solidariedade com Xai-Xai

O comité municipal de geminações de Montemor-o-Velho, especificamente no

âmbito da geminação com Xai-Xai – Moçambique, preocupado com os recentes acontecimentos ocorridos neste país, promoveu a constituição de uma Rede de Solidariedade.

Esta Rede, constituída por um conjunto de instituições locais, encontra-se a dinamizar uma campanha de recolha de produtos e bens de primeira necessidade.

Neste sentido, é feito um apelo a todos os municípios para que cedam bens de primeira necessidade, como alimentos, vestuário, produtos de higiene e puericultura, medicamentos e outros materiais, como, por exemplo, tendas, pás, picaretas, enxadas, lanternas e utensílios domésticos.

Penha de França

Órgão de informação

Saiu o número referente a Março do órgão de informação da Junta de Freguesia da Penha de França, dirigido pelo camarada João Jofre da Fonseca Costa.



Nesta edição o destaque de primeira página vai para uma distribuição de rosas às mulheres da Freguesia, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, e para o lançamento de dois concursos organizados pela Junta: um de Quadras Populares e outro tendo como tema «As Fábulas de La Fontaine».

Como sempre nas oito páginas a cores do boletim é dada uma completa informação sobre as iniciativas nas mais diversas áreas levada a cabo pela Junta de Freguesia da Penha de França.

Torres Vedras

Plantação de mil árvores assinala Dia Mundial

A plantação de mil árvores por alunos de seis escolas básicas na maior zona verde de Torres Vedras, foi a forma encontrada pela autarquia local para comemorar no passado dia 21 o dia Mundial da Árvore. As árvores destinam-se a «formar um pequeno pulmão de três hectares» com pinheiros, plátanos, choupos, ciprestes, entre outras, numa zona verde que ainda «está em construção», disse a vereadora do pelouro dos Parque e Jardins, Isabel Pinheiro. O convite para plantar árvores foi estendido

à população que, ao aderir à iniciativa, recebeu um certificado «que atesta que o aluno ou o cidadão participou na construção do parque», afirmou Isabel Pinheiro.

Com um total de 11 hectares, o espaço conhecido por Zona Verde da Várzea, situa-se a Sul de Torres Vedras e, apesar de se encontrar relvado e arborizado, a autarquia elaborou um projecto de intervenção na zona, que deverá decorrer até 2002.

Polidesportivo, parques infantis e circuito de manutenção

A Câmara prevê construir, por fases, um anfiteatro, um polidesportivo descoberto, um circuito de manutenção, um «skatepark», parques infantis e uma área para restaurantes e esplanadas.

O total do projecto está orçado em meio milhão de contos (2,5 milhões de euros) e a autarquia espera receber financiamentos estatais que ajudem à sua execução. A plantação das mil árvores insere-se ainda na primeira fase do projecto de tratamento paisagístico da zona verde.

Santo Tirso

Dia da Juventude e do Estudante

Numa iniciativa da Câmara Municipal de Santo Tirso em colaboração com nove associações de estudantes do concelho, realizaram-se nos dias 24 e 25 de Março várias iniciativas de carácter desportivo, cultural e recreativo para assinalar o Dia da Juventude e do Estudante.

O programa das comemorações teve a denominação Espaço Inter-Jovem 2000.

Sintra

Autarquia assinala Dia Mundial do Teatro

A Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês assinalou na passada segunda-feira o Dia Mundial do Teatro, com a apresentação da peça «Viagem pelos nossos poetas», pela Associação Cultural Absurdo da Escola Secundária de Mem-Martins.

VIII Mostra de Teatro nas Escolas

A VIII Mostra de Teatro das Escolas do Concelho de Sintra, que decorre de 18 a 31 de Março, está a ter um assinalável êxito, com uma participação empenhada dos alunos dos estabelecimentos escolares do concelho.

Nesta iniciativa participam 22 estabelecimentos de ensino.

Exposições nas galerias municipais

A galeria municipal do Museu Regional de Sintra acolhe desde o dia 25 de Março e até 26 de Abril uma exposição colectiva de pintura de Ana Carrasqueiro e Luís Rodrigues.

PRESIDENCIAIS

PS SAÚDA APARECIMENTO DE DUAS CANDIDATURAS À DIREITA

O dirigente nacional do PS Fausto Correia saudou no dia 25 o aparecimento de duas candidaturas presidenciais à direita - a de Basílio Horta, pelo CDS-PP, e a de Ferreira do Amaral, pelo PSD. Fausto Correia comentava o anúncio da candidatura de Basílio Horta às eleições presidenciais de Janeiro de 2001, feita pelo líder do CDS-PP, Paulo Portas, no Congresso dos populares, que decorreu em Aveiro. «Saúda-se com espírito democrático o

aparecimento das duas candidaturas presidenciais à direita - a de Basílio Horta, que é um regresso às campanhas presidenciais, e a de Ferreira do Amaral, cujo último embate eleitoral personalizado teve como palco a corrida à Câmara Municipal de Lisboa», disse o camarada Fausto Correia. Para Fausto Correia, «o quadro agora desenhado (duas candidaturas à direita) é interessante, porque o líder do PSD, Durão Barroso, afinal parece não ter imposto o seu candidato ao PP.»

«A manter-se a candidatura até ao fim, há que reconhecer que Paulo Portas conseguiu surpreender a generalidade dos agentes e analistas políticos, uma vez que era a sua própria candidatura que estava em discussão nos últimos dias nos meios políticos e nos órgãos de Comunicação Social», acentuou.

PS tem um candidato natural

Na análise deste dirigente socialista, Paulo Portas, «um criador de factos políticos, lançou

com propriedade a candidatura de Basílio Horta, respondendo assim à antecipação feita por Durão Barroso quanto à candidatura de Ferreira do Amaral», acrescentou. «Pela parte do PS, esta é uma questão que não nos preocupa, na exacta medida em que pertence exclusivamente à direita, ao PSD e ao PP», assegurou. De acordo com Fausto Correia, «o PS tem um candidato natural, Jorge Sampaio, ficando a aguardar que o actual Presidente da República entenda anunciar o tempo e o modo da sua candidatura».

JS

Jamila Madeira entrega moção

A candidatura da deputada Jamila Madeira à liderança da JS foi a primeira a entregar a Moção de Estratégia ao XI Congresso Nacional da organização, marcado para Maio. Segundo a da Comissão Organizadora do Congresso confirmou a entrada da moção - «Uma Nova Geração de Cidadãos» -, esclarecendo que o prazo para entrega das candidaturas termina no próximo dia 4. Além da camarada Jamila Madeira, já manifestaram intenção de se candidatar à liderança da JS, em substituição de Sérgio Sousa Pinto, os camaradas Ana Catarina Mendes e Rui Pedro Soares.

Mandato de dois anos

O mandato de líder da JS é de dois anos. O Congresso da JS vai decorrer entre 19 e 21 de Maio, faltando designar o local para a sua realização. A formalização de uma candidatura a secretário-geral da JS, de uma moção de estratégia e de qualquer proposta de alteração de estatutos necessita de um mínimo de 200 assinaturas de militantes. A 9 de Abril termina o prazo para a introdução de alterações às moções de estratégia entregues até dia 4.

LISBOA

Jantar da Concelhia

A Concelhia de Lisboa do PS, uma das estruturas mais activas do Partido, promove hoje um jantar de solidariedade com Moçambique, no pavilhão da Estufa Fria. Além da receita proveniente da inscrição para o jantar (mínimo de 3500 escudos por pessoa), serão leiloadas diversas obras de arte, revertendo o produto para as vítimas das inundações ocorridas em Moçambique. Entre outros camaradas, estarão presentes Jorge Coelho e João Soares e grandes nomes do desporto como Eusébio e Mário Wilson.

MATAS/CERCAL

Comunicado da JS

Num comunicado, os núcleos da JS de Matas/Cercal, Alburitel, Freixianda, Formigais, Olival, Gondemaria e Seiça manifestaram a sua preocupação face às declarações do presidente da câmara municipal, relativamente à futura localização do pólo/ estabelecimento de ensino superior do concelho. Segundo as declarações do autarca, o ensino superior deve ser instalado em Fátima, o que leva os jovens socialistas a perguntar: «por que é que não se realiza um estudo que nos permita conhecer qual será o melhor local para a instalação do ensino superior no concelho?» «Por que é que não se realiza um fórum/debate com pessoas ligadas ao ensino, representantes de estabelecimentos de ensino superior, partidos políticos e outras entidades sobre este tema?», perguntam ainda os jovens socialistas.

Não excluir Fátima

No comunicado os jovens socialistas salientam, no entanto, para que não restem dúvidas: «Não queremos excluir Fátima. Entendemos que a Freguesia de Fátima ou até mesmo o futuro concelho de Fátima possa, também, ter um estabelecimento de ensino superior.»

MADEIRA

VII Congresso Regional da JS

Um dos grandes desafios dos próximos tempos para a Juventude Socialista madeirense é encontrar uma nova forma de fazer política na Região, afirmou no dia 25, no Funchal, o camarada António Galamba, presidente da Comissão Nacional da JS. O camarada Galamba falava na sessão de abertura do VII Congresso Regional da JS/M que decorreu no passado fim-de-semana subordinado ao tema «A esquerda no século XXI», com dois candidatos à liderança. Adiantou ser necessário uma nova forma de fazer política para transformar «esta sociedade que tem aspecto rocambolésco». Criticou o presidente do Governo Regional, Alberto João Jardim, classificando-o de «pseudo-democrata intermitente», considerando-o um líder que «é tão bom que nem os seus companheiros do PSD nacional o escolhem» e que faz uma «política de eucalipto que queima tudo à volta». Disse ser «espantoso» que a Fundação Social-Democrata da Madeira tenha um património de tal ordem que existam mais sedes do partido nas freguesias da Madeira do que centros de saúde. Declarou também que a coragem dos socialistas madeirenses ao «fazerem política nas condições particulares da Madeira e Porto Santo é um exemplo para a JS nacional». António Galamba defendeu ainda que «nem tudo está ao alcance» da Juventude Socialista, elogiando as «autárquicas» como o cenário onde a JS deve estar «melhor representada».

Jardim encarna extrema-direita

Nesta sessão participou também o líder da JS-Açores, José Carlos S. Bento, o qual reafirmou que «Jardim, em certas alturas representa e encarna a extrema-direita fascista». S. Bento disse «repor a verdade» sobre a realidade nos Açores, contrariando as declarações do presidente do PSD/A que participa no congresso regional do PSD madeirense, que decorreu também no Funchal, dizendo que no arquipélago açoriano se assiste a «um desenvolvimento nunca antes visto». Salientou que «um dia Jardim terá de sair, pelo que é preciso lutar de forma coesa, combativa e sem medo» desde já. Os delegados da JS madeirense analisaram e votaram as duas moções globais, intituladas «Designios de uma geração» e «Nova era», que tinham como principais subscritores os camaradas Vítor Freitas e Amândio Silva, respectivamente.

Defesa dos valores de esquerda

Em matéria de moções sectoriais, analisaram temas como o alcoolismo, a cultura madeirense, «não devíamos ir às eleições» como forma violenta de denunciar os atropelos à democracia, na defesa dos valores de esquerda, criação do cargo de presidente da Região, economia e desenvolvimento, ser jovem hoje, aborto, aparecimento de um secretário-geral da juventude e futuro do ensino superior.

ENCONTRO DE QUADROS MÉDIOS E SUPERIORES
A participação na vida política

Organização: Comissão Política Concelhia de Oeiras

Dia 1 de Abril, a partir das 15 horas
Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras

Convidados Altos dignatários de cargos públicos do PS
Destinatários Quadros residentes no concelho, inscritos no PS concelho e simpatizantes do programa do PS



GERAR CONSENSOS

Na sequência do mandato que lhe foi conferido por esta Conferência, após o lançamento formal dos trabalhos, que teve lugar em 14 de Fevereiro último, o Grupo Preparatório levou já a cabo três reuniões, das 10 que estão previstas até ao termo da Presidência portuguesa.

Todas as reuniões foram precedidas pela distribuição de notas de trabalho organizadas sob a responsabilidade da Presidência, com o objectivo de estruturar o debate.

A Conferência avaliou ainda as contribuições apresentadas pelos países candidatos, com os quais serão organizadas, até ao final da Presidência portuguesa, três reuniões de informação. Foram igualmente consideradas pela Conferência, devendo vir a ser aprofundadas no futuro, as contribuições entregues e de Estados membros e da Comissão Europeia sobre os diversos temas em análise. Aguardam-se uma nova Resolução do Parlamento Europeu e outras contribuições de instâncias comunitárias.

Todo este conjunto de documentos foi e será objecto de plena divulgação pública, nomeadamente por Internet, segundo a orientação de total transparência que a Presidência portuguesa tenciona continuar a imprimir aos trabalhos da Conferência. Nesta mesma perspectiva de abertura, o Presidente do Grupo Preparatório participou em diversos debates com o Parlamento Europeu, com o Comité Económico e Social e com o Comité das Regiões sobre os temas da Conferência, estando previstas novas comparações no futuro nessas instâncias.

Nas três primeiras reuniões do Grupo Preparatório foram analisados três grupos de questões:

- a possibilidade de extensão do voto por maioria qualificada em áreas ainda sujeitas à unanimidade;

- as eventuais mudanças a introduzir nas disposições relativas ao Parlamento Europeu, ao Tribunal de Contas, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões;

- e, finalmente, a possibilidade da eventual inscrição de outros assuntos na ordem de trabalhos da Conferência.

- Os trabalhos do Grupo Preparatório prosseguirão na próxima reunião, em 28 de Março, em que serão, nomeadamente, abordados de modo formal os temas da ponderação de votos no seio do Conselho e da composição da Comissão.

Como se referiu, os trabalhos começaram pela análise da extensão eventual do voto por maioria qualificada no Conselho, com base numa série de notas apresentadas pela Presidência.

Procurou-se agrupar por categorias um certo número de disposições do Tratado que poderiam, através de um critério de identidade de temas, justificar a sua eventual passagem à maioria qualificada.

Estão neste caso os vínculos ao mercado interno ou uma dimensão de natureza predominantemente orçamental.

As restantes notas da Presidência, também dedicadas à eventual extensão da maioria qualificada, abordam matérias mais específicas e mais complexas e foram elaboradas na óptica de autonomizar vertentes menos sensíveis de certas disposições do Tratado, por forma a facilitar a possibilidade da sua submissão à maioria qualificada. Neste domínio, tal passagem ao voto por maioria qualificada iria pressupor uma adaptação ou uma nova redacção de actuais preceitos, dedicados, nomeadamente, à fiscalidade, ao ambiente e aos assuntos sociais.

Embora algumas delegações tenham mostrado, desde o primeiro momento, a sua preferência para tomar como ponto de partida o princípio de uma generalização de voto por maioria qualificada, com a expressa reserva de algumas excepções, é entendimento da Presidência que a abordagem que seguiu, através da identidade de temas e coerência interna das categorias, recolheu um significativo apoio dentro do Grupo.

Estas discussões preliminares, que serão completadas proximamente com a análise de questões particulares decorrentes do artigo 308º (o antigo artigo 235º) e das disposições relativas à Justiça e Assuntos Internos, em áreas que permitem descortinar alguma abertura.

Foi, contudo, patente que muitas delegações mantêm dúvidas evidentes sobre a passagem à maioria qualificada de certos domínios, quer por se encontrarem a analisar tecnicamente determinados casos, quer por entenderem que a sua posição definitiva se mantém dependente de outras dimensões do debate - em especial a ponderação do seu voto no âmbito do Conselho.

Ficou, aliás, claro que todos consideram que qualquer posição assumida nesta fase da Conferência representa apenas uma posição de princípio, sempre dependente do equilíbrio de um compromisso final em todos os temas da agenda.

Como forma de explorar alguma abertura manifestada neste domínio da maioria qualificada, que é considerado extremamente importante na perspectiva do alargamento, a Presidência pensa que os trabalhos poderiam prosseguir por duas vias paralelas: - por um lado, uma análise sistemática de cada uma das disposições para as quais uma tendência maioritária se manifestou em favor da passagem ao voto por maioria qualificada. Neste caso, este estudo deveria, nomeadamente, concentrar-se sobre as condições que poderiam facilitar, num dado momento, um consenso sobre esse mesmo voto (períodos transitórios, condicionalidade, etc.); - por outro lado, uma análise mais aprofundada dos domínios mais complexos para os quais a passagem ao voto por maioria

qualificada pressupõe uma adaptação ou mesmo uma nova redacção das actuais disposições do Tratado. Trata-se, especialmente, neste caso, como se disse, das áreas da fiscalidade, da política social e da política do ambiente.

A primeira discussão sobre estes assuntos mostrou que se mantêm muitas reticências, embora algumas possam vir a ser ultrapassadas, sob certas condições. Para tal, torna-se necessário que se circunscrevam as disposições suscetíveis de passar ao voto por maioria qualificada e se definam, muito claramente, o respectivo objecto, sem nenhuma ambiguidade nem possibilidade de interpretação extensiva.

Não posso deixar de registar que a circunstância de haver uma diferenciada perspectiva por parte dos Estados membros, com posições de abertura e de rejeição muito diferentes, pode vir a constituir-se num sistema de vetos cruzados que pode redundar numa dificuldade de avanço neste domínio.

A Presidência quer ainda referir que se torna evidente alguma contradição entre o desejo manifestado por uma maioria de Estados membros em utilizar a extensão da maioria qualificada como um instrumento indispensável para facilitar o funcionamento da União, no contexto do alargamento, e as posições altamente restritivas que são, na prática, assumidas neste domínio.

O Grupo Preparatório debruçou-se também sobre as questões ligadas a outras instituições e Órgãos, para além do Conselho e da Comissão.

Quanto ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Primeira Instância, foi decidido criar um grupo «Amigos da Presidência», encarregado de estudar as eventuais modificações ao Tratado. Um primeiro relatório desse grupo paralelo «ad hoc» deverá ser apresentado ao Grupo Preparatório no início de Abril, esperando-se que, nessa base, seja possível encetar um debate técnico.

Sobre a questão dos lugares do Parlamento Europeu, na perspectiva do alargamento, a generalidade das delegações parece considerar que se deve manter o número máximo absoluto de 700 deputados. Alguns consideraram, todavia, que, no caso do alargamento vir a ter lugar antes do termo do mandato dos actuais deputados, o Tratado poderia prever a possibilidade de instituir um período transitório, durante o qual o limite máximo poderia ser ultrapassado até às próximas eleições, por forma a poder comportar os representantes dos novos Estados. Quanto ao modo de repartição de lugares, o sentimento geral parece ir no sentido de aguardar que o próprio Parlamento Europeu dê a conhecer as suas ideias nesta matéria, antes de retomar a discussão na Conferência.

No que respeita aos processos de tomada de decisão, parece desenhar-se um largo

consenso no sentido de não se proceder a qualquer revisão do Tratado que implique alterações ao equilíbrio inter-institucional existente. No tocante à co-decisão, não foi, por agora, revelado um grande interesse em favor de uma modificação do modelo actual, por existir a consciência de que os possíveis melhoramentos a introduzir no seu funcionamento dependem mais de medidas de coordenação prática entre o Parlamento e o Conselho do que, propriamente, de alterações a introduzir no Tratado.

Quanto ao âmbito de aplicação do processo de co-decisão, manifestou-se uma certa abertura para a possibilidade da extensão da co-decisão aos casos de natureza legislativa em que o Conselho funcione por maioria qualificada. Ficou, porém, claro que muitos Estados não aceitam uma generalização automática deste procedimento mas, antes, uma análise caso-a-caso.

O Grupo Preparatório iniciou também o exame das eventuais alterações ao Tratado no tocante ao Tribunal de Contas, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões.

Uma maioria de delegações parece entender que, neste domínio, quaisquer mudanças só devem ser consideradas na medida em que tal se revele estritamente necessário para assegurar um funcionamento eficaz da União após o alargamento.

Na opinião da Presidência, os primeiros debates sublinharam as seguintes linhas de orientação: - quanto ao Tribunal de Contas, uma maioria de delegações continua a considerar que este Tribunal deve compreender um nacional indicado por cada Estado-membro. Alguns realçaram a importância de reforçar a cooperação com as instituições nacionais de controlo, nomeadamente quanto aos casos de fraude que lesem os interesses da Comunidade. - quanto ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, a ideia de que conviria limitar o crescimento exponencial destes dois órgãos num cenário de alargamento afigura-se ter um acolhimento maioritário, sendo, contudo, sublinhado por alguns que tal deveria ser feito sem alterar o equilíbrio da composição desses órgãos e a sua representatividade nacional. Os trabalhos futuros poderão vir a dar uma ideia mais concreta da dimensão mais adequada desses órgãos. A ideia de que o Comité Económico e Social deveria ser ainda mais representativo dos diferentes sectores da sociedade civil suscitou um certo interesse, muito embora as formas de levar à prática tal objectivo sejam, por ora, pouco evidentes.

O Grupo Preparatório examinou ainda a questão dos novos temas que a Presidência poderia, nos termos das conclusões de Helsínquia, vir a sugerir que

Continua na página seguinte

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

fossem inseridos na agenda da Conferência.

Vários Estados membros inclinam-se para a possibilidade deste alargamento vir, eventualmente, a incidir sobre dois temas: Segurança e Defesa e Carta dos Direitos Fundamentais. Dado que ambos estes temas estão a ser objecto de discussões em áreas de trabalho fora do quadro da Conferência, a Presidência informou que procederá a uma avaliação, antes do Conselho Europeu da Feira, sobre se o estado de avanço desses mesmos trabalhos justificará a recomendação para a respectiva inclusão na agenda da Conferência.

Quanto a outros assuntos susceptíveis de serem acrescentados aos trabalhos da CIG, os representantes procederam a um primeiro debate com base numa lista elaborada pela Presidência, em função de um certo número de ideias ou pretensões apresentadas, quer por parte de Estados membros, quer por outras entidades.

A Presidência retirou desse debate a conclusão de que uma larga maioria de Estados consideram que, nesta fase do

debate, não é adequado proceder ao alargamento da agenda da Conferência a qualquer desses temas. Não obstante, a Presidência não deixará de manter esta questão em aberto, ficando os Estados membros e as instituições completamente à vontade para virem a suscitar de novo quaisquer pontos que considerem importantes. De referir que o principal argumento avançado em favor de uma abordagem muito prudente quanto ao alargamento da agenda se baseou no interesse, por todos partilhado, de evitar uma sobrecarga dessa mesma agenda que possa vir a pôr em causa a possibilidade de encerramento da Conferência até ao final do ano.

Nas três reuniões realizadas não foram ainda apresentados documentos sobre três questões: - eventual alteração do regime de ponderação de votos no seio do Conselho; - eventuais alterações a introduzir na organização da Comissão Europeia; - eventual modificação do mecanismo que o Tratado prevê quanto às Cooperções Reforçadas.

O Grupo Preparatório procedeu a um

aprofundado debate informal sobre cada um destes três temas, a fim de assegurar à Presidência uma base para uma melhor orientação do tratamento dos mesmos. Este procedimento adoptado pela Presidência, e que era do conhecimento dos Estados membros no quadro do programa de trabalhos distribuído na sessão de lançamento da Conferência, deveu-se à sensibilidade muito específica que este tipo de questões encerra.

No caso especial da Ponderação de Votos e da Comissão, trata-se de temas que farão já parte da agenda da próxima reunião do Grupo Preparatório, pretendendo-se com o debate de hoje garantir um melhor enquadramento e orientação desses mesmos trabalhos.

Quanto às Cooperções Reforçadas, a Presidência entende que o tema se enquadra no âmbito do mandato que lhe foi conferido em Helsínquia, perspectiva que recolhe um sentimento largamente maioritário no Grupo Preparatório. Neste contexto, a Presidência deseja anunciar que a análise deste tema será objecto de uma futura iniciativa formal com a

apresentação de um documento com opções. No entanto, do debate realizado resultou evidente que a generalidade dos Estados membros considera que a eventual abordagem da aplicação do modelo das Cooperções Reforçadas no tocante ao II Pilar só deve ser feita num momento posterior, dado que decorrem ainda em paralelo debates em torno das novas estruturas de Segurança e Defesa. Em face da circunstância do tratamento destes três importantes temas não ter sido ainda objecto de documentos de análise de opções, e ter decorrido num contexto deliberadamente informal, a Presidência entende não estar hoje em condições para avançar hoje com qualquer leitura do sentido desse mesmo debate, ainda que numa perspectiva meramente tendencial. Nas próximas reuniões desta Conferência a nível ministerial, a Presidência reportará sobre os resultados dos trabalhos que irão ter lugar em torno daqueles temas.

*Intervenção do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, presidente do Grupo Preparatório da Conferência Intergovernamental (CIG), durante a conferência ministerial realizada em Bruxelas, no dia 20 de Março de 2000

SEMINÁRIOS

Edite Estrela

MULHERES, VIOLÊNCIAS E (DES)EMPREGOS



S intra foi o palco escolhido para a realização, nos últimos dias, de dois seminários internacionais tendo como traço comum o já antigo, mas infelizmente sempre actual, problema da (des)igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. «Mulheres, violências e segurança urbana» foi o tema proposto pelo Fórum Europeu para a Segurança Urbana e que políticos e especialistas nacionais e estrangeiros aprofundaram, dando exemplos, comparando experiências, propondo soluções. A complexa problemática da segurança urbana não foi apenas analisada na tradicional formulação negativa, do tipo «menos criminalidade, menos violência, menos recantos sombrios», mas também numa perspectiva mais vasta e inovadora: a segurança entendida como um direito ao usufruto do espaço público e à liberdade de circular. Daí a participação também de urbanistas e de agentes das forças de segurança.

A conclusão dos estudiosos quanto aos grupos mais atingidos não trouxe surpresas. Continuam a ser as mulheres e as crianças as principais vítimas das mais variadas formas de violência física e psicológica, tanto na rua como em casa. E a verdade é que tantas vezes convivemos com dramas mesmo ao lado, à nossa porta, paredes-meias, à frente dos olhos que cegos pela ignorância ou pelas luzes da ribalta e do egoísmo, passam por eles, esbarram neles e não dão por nada. Por educação, por cultura, achamos



normal o que contraria as leis da natureza e mesmo as dos homens. É fácil dizer que o que se passa dentro da casa de cada um só a eles diz respeito e por isso não vemos, não ouvimos, não sabemos, ainda que, bem no íntimo, a sensibilidade que não se embota por conveniência ou por imposição nos diga que não é certo, não é justo, não é aceitável. Mas para quem está de fora, é mais cómodo fingir desconhecimento, fazer de conta, não se envolver, para evitar incómodos e ameaças. Para as vítimas, todas as opções comportam risco. Sofrer em silêncio é um inferno que consome o corpo e a mente.

Denunciar o agressor pode parecer o início de um outro calvário, mas que vale a pena percorrer. Hoje, mesmo em Portugal, há instituições públicas funcionando em articulação com as autarquias e associações (ONG) que prestam apoio efectivo e protegem as vítimas.

A violência não faz distinção de classes. As noites de sobressalto e de ansiedade pelo que possa acontecer com elas e com os filhos é denominador comum das mulheres vítimas de violência, independentemente de viverem em luxuosas vivendas ou numa qualquer barraca. Para todas elas, o pior sofrimento

é terem de assistir, impotentes, à brutalidade dos maridos ou companheiros, espancando os filhos e violando as próprias filhas. Os casos não são infelizmente raros, como testemunhou a representante da Associação de Apoio à Vítima.

E quanto maior for a dependência económica - por falta de formação profissional ou de emprego - mais difícil se torna interromper este círculo vicioso. Por outro lado, as mulheres são as últimas a aceder ao emprego e as primeiras a perdê-lo, para já não falarmos da menor remuneração para trabalho igual.

Precisamente porque «a igualdade entre mulheres e homens no sector do emprego» - tema do seminário promovido pela Comissão das Eleições Locais e Regionais do CCRE, que antecedeu a Cimeira Extraordinária para o emprego - também não existe, nem no acesso, nem na progressão na carreira, é natural que as sugestões e os apelos tenham sido dirigidos aos dois ministros presentes, Ferro Rodrigues e Maria de Belém.

O desabafo da vereadora da Câmara de Vila Flor é revelador do que se passa em algumas empresas: as mulheres são submetidas a interrogatórios que devassam a sua intimidade (se é casada ou está para casar, se tem filhos ou pensa tê-los) e que nada revela das suas capacidades para o desempenho das funções. Mas é do teor das respostas a este tipo de perguntas que depende o seu posto de trabalho.

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Coros em Albufeira

Os mercados de Paderne e Orada esperam por si, respectivamente, no sábado, dia 1, e na terça-feira, dia 4. Também no sábado, assista ao II Encontro de Coros da cidade, no Auditório Municipal. Este evento decorre a partir das 21 e 30.

«Albufeira Imagens do Passado» é o nome da exposição fotográfica que poderá visitar, diariamente, até ao dia 15 de Abril, no Museu Municipal de Arqueologia.

A mostra de pintura «A Palavra e o Desejo», da autoria de Neusa Amtsfeld, encontra-se patente ao público, até ao dia 28, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, diariamente, das 10 e 30 às 17 horas.

Poesia em Cascais

No âmbito do Ciclo MPP – Música Popular Portuguesa, assista hoje e amanhã, a partir das 23 e 30, no Casino Estoril, ao espectáculo de Filipa Pais. A entrada é livre. Na quarta-feira, dia 5, pelas 15 e 30, o Palácio Conde Castro Guimarães vai ser palco de um espectáculo de poesia. «Poetas da Liberdade» é a designação genérica do recital que Carlos Carranca fará acompanhado ao piano pelo maestro Jorge Machado e ao violino pelo professor José Machado.

Tapeçarias em Coimbra

Hoje, no Teatro Académico de Gil Vicente, Lorenzo (cravo) e Vittorio Ghielmi (viola de gamba) farão um recital de música antiga, pelas 21 e 45.

As tapeçarias de Portalegre assinadas por Graça Morais podem ser apreciadas, até ao dia 16, na Sala da Cidade da Casa da Cultura.

O espaço cultural «Memória da Escrita» pauta-se, até ao dia 29, pelo assinalar do centenário do poeta António Nobre, como sempre na Torre d'Anto.

Astronomia em Fafe

Hoje, como todas as quintas-feiras, haverá uma sessão nocturna de observação

telescópica dos céus, na Escola EB 2,3 de Montelongo, pelas 21 horas. A iniciativa insere-se no Projecto Ciência Viva do referido estabelecimento de ensino.

Pintura em Faro

Se ainda não foi visitar a exposição de pintura de Luís Dourdil, na Galeria Municipal Trem, saiba então que a referida mostra encerra no próximo dia 7.

A exibição de pinturas poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30.

Colóquio em Guimarães

«Rosetta» é o filme em exibição, hoje, às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho.

Amanhã poderá ver a mais recente realização de Frank Darabont, no Cinema São Mamede, às 16 e 30 e/ou pelas 21 e 45. Trata-se da película «À Espera de um Milagre».

Se gosta de «abanar o capacete», então não perca as escolhas do dj Rui que, amanhã, sexta-feira, dia 31, estará a animar o Bar do Convívio da Associação Cultural e Recreativa, a partir das 23 horas.

Também amanhã, às 21 e 30, poderá participar no colóquio «Comunicação Social e Cidadania», a cargo de Jorge Wemans (directo da Agência Lusa), a decorrer na Sociedade Martins Sarmento. Ainda amanhã e apara o mais pequeninos, haverá uma sessão de vídeo – «Abelha Maia: a primeira aventura» –, pelas 10 e 30, na Sala Polivalente destinada às Manhãs Infantis, da Biblioteca Municipal Raúl Brandão.

Filmes em Lisboa

A Orquestra Gulbenkian recia, hoje (21 horas) e amanhã (19 horas), sob a direcção do maestro Günter Herbig e com o acompanhamento do violinista solista Gerardo Ribeiro, obras de Debussy, Bernstein e Stravinsky, no Grande Auditório da Fundação.

Ao todo são seis as películas que estreiam amanhã, nas salas de cinema alfacinhas.

Trata-se, pois, de «À Espera de um Milagre», de Frank Darabont; «O Furacão», de Norman Jewison; «Tarde Demais», de José Nascimento; «Fado Lusitano, uma curta-metragem de Abi Feijó; «O Homem Bicentenário», de Chris Columbus; e «Delírio em Las Vegas», de Terry Gilliam.

A «Arte Alemã do Pós-Guerra» encontra-se patente ao público, na Galeria das descobertas do centro Cultural de Belém, até ao final de Abril. A mostra poderá ser visitada todos os dias das 11 às 20 horas. A última entrada é às 19 e 15.

Música no Porto

As melhores composições de Fernando Lapa, Filipe Pires, Alejandro Viñao, Joly Braga Santos e Fernando Lopes Graça serão recriadas amanhã e no sábado, dia 1, a partir das 21 e 30, no Auditório Serralves, pela Orquestra Nacional do Porto, dirigida pelo maestro António Saiote e acompanhada pelo solista Pedro Carneiro (marimba). Trata-se de um programa dedicado à música portuguesa do século XX.

Concerto em Portimão

«Os Jovens e a Política» é o tema da conferência que decorre, hoje, no Auditório da Universidade do Algarve.

Amanhã, sexta-feira, o Auditório Municipal será palco do concerto com «Ornatos Violeta».

Também amanhã, sexta-feira, realiza-se mais uma das Conferências da Biblioteca 2000. Desta feita, Mário Frota falará na Biblioteca Municipal, a partir das 21 e 30, sobre «A Formação dos Jovens Consumidores».

Semanas Africanas em Sintra

As «Semanas Escolares Africanas» decorre, até amanhã, na Escola Básica 2,3 Mestre Domingos Saraiva. A partir de segunda-feira dia 3, e até ao dia 7, esta iniciativa decorrerá na Escola Básica 1 n.º 4 de Mem Martins.

O XI Festival de Teatro Amador começa este sábado, dia 1, prolongando-se até ao próximo dia 13 de Maio.

SUGESTÃO

«STOMP»

Uma combinação perfeita de comédia visual, movimento e percussão, numa selva de ritmos única. Esta é a melhor forma de definir «Stomp». Esta orgia de hilariante inteligência dura apenas hora e meia. Mas deixa marcas na memória. «Stomp» apela a um grande leque de audiências, atraindo apaixonados pela dança, teatro, música e pela arte de representar. É pois, um evento universal, para todas as idades, onde se desvanecem todas as fronteiras culturais e linguísticas.

São três os elementos-chave de «Stomp»: a noção perfeita do ritmo, a capacidade expressiva e o domínio do movimento. A isto junta-se uma dose de humor e uma exemplar comunicação com o público. Resultado: uma plateia deleitada em delirante ovação.

«Stomp» é, por isso e sem mais argumentação, um espectáculo total, arrebatador e fascinante que não deve deixar passar.

Vá pois ao Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, até ao dia 9 de Abril. Hoje e amanhã, bem como nos dias 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 há espectáculos às 21 e 30. Nos dias 1, 2, 8 e 9, decorre também uma apresentação vespertina (16 horas) de «Stomp», porque é uma experiência absolutamente a não perder!



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Campa Reza

A José Afonso

...Zeca d'abalada no País do Fado,
Teu corpo por terra Teu nome na laje:
Como é triste assim vir à foz do Sado
Setúbal cidade natal du Bocage;

Aqui dorme o menino d'oiro trovador
Desse mais vero, puro e lindo Canto:
Coisas d'andarilho, madrugada em flor,
As fontes caladas, ribeiras em pranto.

Se chorar por mim agora aquele puto
Da geração que Tu deixaste em luto,
Nosso irmão-coragem que tão preciso:
Vem soprar de mansinh'oh amigo vento,
Traz-m'um lenço de linho neste momento
Vazio, já sem voz nem belo-aviso

Tito Rodrigues

ZOUFF!
Les Argonautes/Bélgica
Teatro/Circo

1 Abril – 15h30
2 Abril – 11h0 e 15h30

Pequeno Auditório
CCB

**FÉNIX
E KOTA KOTA**

Teatro Regional
da Serra de Montemuro - Portugal

30 e 31 de Março, 21h30

Grande Auditório
CULTURGEST



O III QCA, O NÓ DE ALJUSTREL E A CIMEIRA DO EMPREGO

1. O avanço da construção dos novos troços da Auto Estrada que atravessando o Baixo-Alentejo se dirige a caminho do Algarve, ganhou um visível impulso. O desenvolvimento do futuro nó de Aljustrel significa a concretização de um significativo avanço na rede de comunicações rodoviárias. Mas representa ainda o conjunto da obra um elevado respeito pelos condicionamentos ambientais que empreendimentos anteriores, nomeadamente no tempo do cavaquismo, não consideraram devidamente. Em qualquer caso, as vantagens económicas para o desenvolvimento económico e social do Sul do País são relevantes.

2. Entretanto, amanhã, 31 de Março, com a participação da Ministra Elisa Ferreira, é formalizada a concretização

do QCA III, envolvendo os anos de 2000 a 2006.

A proposta do Plano de Desenvolvimento Regional, entregue ainda por Cravinho em Outubro, foi objecto de negociações conduzidas por Elisa Ferreira no último período de 99, as quais permitiram a aprovação do mais ambicioso instrumento de investimento apoiado internacionalmente que em Portugal jamais existiu.

Este III QCA envolve nomeadamente significativos apoios à actividade produtiva, estrategicamente estimulada em áreas como as da qualidade e da inovação tecnológica. Compreende a necessária valorização do potencial humano, numa economia que se pretende em acelerada modernização. Por outro lado, integra uma importante vertente relativa à valorização do território, o que neste domínio, aparece como essencial.

3. A recente Cimeira do Emprego representou uma importante viragem na área social e económica europeia. Conseguiu-se produzir uma orientação de estratégia social europeia que há anos se procurava concretizar. Na altura da viragem para a sociedade da informação e do avanço da economia digital, impunha-se assumir um compromisso que potenciase o desenvolvimento económico europeu globalmente considerado e que reforçasse a coesão das políticas sociais, bem como a coordenação das estratégias económicas nacionais. Assim, os Governos europeus e a Comissão Europeia sejam capazes de concretizar, também numa perspectiva de futuro alargamento, as ambicionadas deliberações económica e socialmente relevantes aprovadas no Conselho Europeu de Lisboa.

«Reabilitar a cultura escrita não é nostalgia nem retrocesso. É um combate de vanguarda!»

Alfredo Barroso

Expresso, 25 de Março

«Problema de civilização, a cultura audiovisual (passiva e massificadora) arrasa a cultura escrita»

Idem, ibidem

«Num livro arrasador "Homo Videns – televisão e pós-pensamento", Giovanni Sartori alerta: «aquilo que nos espera é uma solidão electrónica habitada por doentes de vazio dominados pelo vídeo e pela Internet»

Idem, ibidem

«Este OE é bastante à esquerda, talvez mesmo o mais à esquerda que o País já teve»

Ferro Rodrigues

Diário de Notícias, 23 de Março

«Nos grandes desafios, o Governo não pode ficar prisioneiro de uma lógica de direita, que é conservadora e defende interesses económicos»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17, Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17, Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal nº 21339/88; ISSN: 0871-102X;
Registo no ICS nº 106395

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4º, Massamá, 2745 Queluz